



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XXIII — N.º 103

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 1968

ATA DA 1ª SESSÃO, EM 2 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDENCIA DOS SRS.: VICTORINO FREIRE, AARÃO STEINBRUCH E GUIDO MONDIN. . .

As 14h30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores;

José Guilleminard
Alvaro Maia
Arthur Virgílio
Victorino Freire
Petrônio Portela
Wilson Gonçalves
Arnon de Melo
José Leite
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Lino de Mattos
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há ata a ser lida.
O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do expediente.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO DO MINISTRO DA INDUSTRIA E COMÉRCIO

Nº AP-184, de 27 de junho do corrente ano — comunicando que o Requerimento nº 698, de 1968, de autoria do Senador Lino de Mattos, foi encaminhado ao Ministério da Fazenda, por se tratar de assunto afeto àquela Pasta.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Restituição de autógrafos de Projetos de Lei sancionados

Nº 2.822, de 26 de junho do corrente ano — autógrafos do Projeto de Lei nº 1.061-68, na Câmara e número 46-68, no Senado, que altera o § 1º do artigo 1º e alíneas "a" e "c" do art. 6º da Lei nº 3.355, de 1 de dezembro de 1967, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras provisões (Projeto sancionado em 20.6.68).

Nº 2.824, de 26 de junho do corrente ano — autógrafos do Projeto de Lei nº 1.081-68, na Câmara e número 45-68, no Senado, que dispõe sobre a aplicação aos Estados e Municípios das normas relativas às li-

SENADO FEDERAL

citações previstas no Decreto-Lei número 230, de 25.2.67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. (Projeto sancionado em 20.6.68).

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa requerimentos de informações que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 852, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1) A inexistência de numerário na sede do Lóide, a ponto de sua direção recorrer, no dia 6 de maio à Delegacia de Hamburgo, pedindo a remessa de US\$ 350.000,00 para pagamento de pessoal é consequência de dificuldades graves, ou se trata de mera situação transitória?

2) A circunstância de a Delegacia do Lóide Brasileiro, em Hamburgo, ter respondido, informando não dispor de numerário para atender ao pedido feito pelo Telex 1.593 deve ou não ser interpretada por esse Ministério como resultado do descontrôle em que se encontra a contabilidade daquela empresa?

3) A circular telegráfica nº 56, expedida em 8 de maio próximo passado, determinando que a correspondência do Lóide Brasileiro, pelo Telegrafo, seja feita pelo Código "The Foe Code Office" visa ocultar a gravidade da situação deficitária desta empresa?

4) Como se justifica que os navios "São Francisco" e "Lóide Canadá" estejam encostados para reforma há 5 anos?

Sala das Sessões, 2 de julho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 853, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações o seguinte pedido de informações:

1) Quais os motivos que estão recomendando o Departamento dos Correios e Telégrafos a contratar funcionários como guarda fios e outras categorias funcionais, desprezando o aproveitamento de concursados, segundo relação de aprovados em poder daquela administração?

2) Quantos funcionários foram contratados pelo DCT no corrente exercício, por Estado da Federação e por categoria funcional?

3) Quantos foram aprovados em concurso público nas mesmas categorias e nos mesmos Estados da Federação? (Fornecer relação nominal).

Sala das Sessões, 2 de junho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 854, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1) Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Ministério para o pagamento do "Empréstimo Compulsório" estipulado pelo artigo 72 da Lei 4.424, de 17 de julho de 1963, regulamentado pelo Decreto nº 52.314, de 31 de julho de 1963?

2) Qual a razão de não ter o Governo cumprido até a presente data aquela disposição legal, mesmo tendo em vista os termos do Decreto-Lei número 238, de 28 de fevereiro de 1967?

3) Sendo a política de correção monetária norma adotada pelo atual Governo para os empréstimos oficiais, receberão os trabalhadores ou assalariados, bem como os funcionários públicos, a devolução das quantias re-colhidas por esse Ministério, a título de "Empréstimo Compulsório", acrescidas das vantagens da correção monetária?

Sala das Sessões, 2 de junho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 855, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Poder Executivo o seguinte pedido de informações:

1º) Quals os jogos realizados desde a inauguração do Estádio Nacional de Brasília até a presente data? Qual a renda bruta e quais as despesas de cada jogo?

2º) Quantas cadeiras cativas do Estádio Nacional de Brasília foram vendidas até a presente data? (relacionar os compradores e valor de cada cadeira)

3º) Qual a dívida atual do Estádio Nacional de Brasília? (relacionar os credores, as importâncias e a que se referem)

4º) Está o Estádio Nacional de Brasília em condições de concluir as obras já iniciadas? Em caso negativo, qual a razão?

5º) Quais os serviços executados pela Companhia Construtora Rabelo no Estádio Nacional de Brasília e seus respectivos valores?

6º) Os possuidores de cadeiras cativas são também obrigados ao pagamento de ingressos nos jogos realizados no Estádio Nacional de Brasília? Sala das Sessões, 2 de julho de 1968 — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Os requerimentos lidos, após publicados, serão despechados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Tôrres

Nº 375-68, enviado pelo Ministro da Saúde (Aviso nº GB-502, de 26 de junho de 1968);

Nº 389-68, enviado pelo Ministro das Comunicações (Aviso nº GMC-450, de 1 de julho de 1968);

Nº 537-68, enviada pelo Ministro da Indústria e Comércio (Aviso nº AP-187 de 1968, de 27.6.68);

Nº 529-68, enviado pelo Ministro da Indústria e Comércio (Aviso nº AP-188 de 1968, de 27.6.68);

Nº 618-68, enviada pelo Ministro das Relações Exteriores (Aviso nº DPC-DPE-G-DESC 21.800.7 (600), de 22 de 28.6.68);

De autoria do Senador Dylon Costa
Nº 597-68, enviado pelo Ministro das Relações Exteriores (Aviso nº G-DDA 22-321).

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — A Presidência recebeu, dos Srs. Ministros dos Transportes e das Comunicações, solicitação de prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Lins de Mattos
Ns. 406-68, 516-68 e 544-68;

De autoria do Senador Vasconcelos Tôrres

Se não houver objecção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta dos citados Requerimentos. (Pausa).

Como não houve objecção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o Sr. Senador Wilson Gonçalves, orador inscrito.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando me encontrava ausente, em missão do

Parlamento Latino-Americano, faleceu, em Fortaleza, o professor Renato de Almeida Braga. Desaparece, assim, inopinadamente, um bom amigo e um notável homem público do meu Estado, deixando um vácuo impreenchível no meio em que atava.

O professor Renato Braga exerceu os mais importantes cargos na Ceará e era, últimamente, Diretor da Escola de Agronomia e Vice-Reitor da Universidade Federal daquele Estado.

Em abril do corrente ano, ao registrar, da tribuna desta Casa, a transcorrência do "Cinquentenário da Escola de Agronomia do Ceará", referi-me ao Renato, dizendo:

"Atualmente é seu Diretor o eminentíssimo Professor Renato de Almeida Braga, sem favor uma afirmação eloquente de mestre, sociólogo e historiador, que enaltece e honra o nosso Estado. Perfeito conhecedor da realidade cearense, em função da problemática nordestina, e da integração nacional, vem elezendo um realce excepcional àquela escola e, assim, confirmando o merecido conceito de administrador experiente, operoso, modelar."

Fomos ambos, durante duas legislaturas, companheiros de bancada na Assembleia Legislativa do meu Estado, desde a fase constituinte em 1947, e, por todo esse tempo e após, pude aquilatar, de perto e com segurança, das qualidades morais e intelectuais do destacado homem público que sempre soube dar brilho, relevo e eficiência a tóidas as funções que lhe foram confiadas.

Como seu amigo não poderia calar o meu sentimento de pesar neste instante em que prantemos a sua irreparável perda, e quero agora, render-lhe a minha homenagem mui sentida e mui sincera.

Para fazer a biografia ilustre e rica de acontecimentos que revelam uma vida inteira de dedicação ao estudo e ao trabalho, recorro a autorizado pesquisador e biógrafo cearense, que "forma":

"Raimundo Renato de Almeida Braga — engenheiro agrônomo. Nasceu a 20 de dezembro de 1905, no sertão "Vitória", Alto Juruá, no Território do Acre, sendo filho de Antônio Bruno de Almeida Braga e de Dona Maria José Rozas Braga."

(Lendo)

"Seu pai, um dos desbravadores do Rio Juruá, no curso superior, é natural do Município de Acopiara e filho dos agricultores Inácio de Almeida Braga e D. Cláudia de Almeida Braga, proprietários do sítio "Volta", na Bacia do Riacho do Fael, ambos já falecidos.

Iniciou os estudos primários na cidade de Cruzeiro do Sul, ultimando-os no Colégio Cearense de Fortaleza, por ter sua família retornado ao Ceará em 1918, fixando-se, a princípio, em Acopiara, e um ano depois, definitivamente, em Fortaleza.

Estudou as matérias constitutivas do curso secundário no Colégio São Luiz fazendo os exames respectivos no Liceu. Em 1924 matriculou-se na Escola de Agronomia do Ceará, tendo feito o curso quase todo conquistando notas distintas merecendo, por que a Congregação o indicasse ao Ministério da Agricultura para gozar um dos prêmios de viagem, que concedia o Governo Federal, o que não logrou, em virtude de injunções que favoreceram candidatos menos distintos mas bem favorecidos. Colou grau de engenheiro-agronomo em 1927, tendo sido o orador da turma.

Em 1926, ainda aluno, foi nomeado secretário da Escola, car-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

go que exerceu até abril de 1934, quando o deixou para ocupar o de secretário da Escola Nacional de Agronomia. Como agronomando, a Congregação da Escola de Agronomia, tendo em consideração o seu curso, designou-o para exercer as funções de professor substituto de Álgebra, e logo após a formatura foi indicado para a cadeira de Zootecnia-Geral, matéria de que hoje é catedrático naquele estabelecimento de ensino superior, tendo regido, interinamente, as cadeiras de Zootecnia Especial, Agricultura-Geral, Agricultura Especial, Tecnologia Agrícola, Anatomia e Fisiologia Vegetais, Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos, Mineralogia e Geologia Agrícolas.

Além de autoridade incontestável na sua especialidade, o Dr. Renato Braga é, também, apreciado homem de letras, fazendo parte do Instituto do Ceará, para o qual entrou como sócio efetivo, em 1944. Da Academia Cearense de Letras, da Sociedade de Geografia e História do Ceará, da Associação Brasileira Escritores (Seção do Ceará), do Instituto do Nordeste, da Sociedade Brasileira de Agronomia, e tem publicado valiosos trabalhos, como, dentre outros: "Relação Alfabética das Plantas do Ceará"; "Serra do Araripe", e "Um Capítulo Esquecido da nossa História Econômica", referente às charqueadas do Século XVIII; "Plantas do Ceará", o mais completo estudo sobre a Botânica regional já realizado nesse setor científico no País; "Lições de Zootecnia" e "Evolução da Indústria Agrícola no Ceará".

Casou-se a 31 de maio de 1930, com D. Miriam Gonçalves da Justa, natural de Pacatuba, professora, filha do Dr. Otávio Gonçalves da Juta, engenheiro-agronomo, falecido.

Do consórcio houve cinco filhos: Antônio, Otávio, José Henrique, Maria Lúiza e Maria José."

O Sr. José Guiomard — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. WILSON GONÇALVES — Com muito prazer.

O Sr. José Guiomard — Pelo que estou ouvindo, V. Ex^a se refere a um ilustre professor nascido no Acre, cuja vida transcorreu no Estado de V. Ex^a. Sabe V. Ex^a o quanto o nosso Estado deve ao Ceará. No momento em que V. Ex^a homenageia um filho do Acre, que tanto fez, também, pela terra de V. Ex^a, quero associar-me a esta homenagem, como representante do nosso Estado, porque vejo que se trata de um cidadão ilustre, de um emérito Professor, merecedor, por conseguinte, da homenagem dos nossos filhos.

O SR. WILSON GONÇALVES — Agradeço o aparte com que me honra V. Ex^a, juntando às minhas as-

cões dos festejos comemorativos, a 28 de março passado, os quais se revestiram, efetivamente, de grande solenidade.

O reitor Fernando Leite, em discurso proferido por ocasião de seu sepultamento, disse amargurado que Deus o chamara em tempo em que a Universidade não podia dispensar sua eficiente cooperação. Com efeito. Renato era dedicado à Escola; salvou-a em certa época, de fechamento. Depois de encampada pelo Governo Felipe Moreira Lima, houve um governante que, sob alegativa de falta de verba pretendia suspender seu funcionamento. Renato Braga, já então político, interviera. Agruparam-se cadeiras em departamento, a fim de reduzir o professorado, logrando-se desse modo vencer a crise.

Sempre cordial, de riso acolhedor, possuía inúmeros amigos e admiradores de seus dotes morais e intelectuais.

Chefe de família exemplar, fácil é avaliar-se o vácuo que ora existe em seu lar — D. Mirian, a esposa dedicada, filhos, genros, netos e netas.

Entre seus familiares, permito-me mencionar neste instante — por circunstâncias particulares — Otávio, filho que lhe sucedera na profissão e na cátedra exercida por longos anos, herdeiro, outrossim, do nome do avô materno — Otávio Justo, também engenheiro-agronomo, de saudosa memória.

Conheci Renato desde os bancos escolares na década de 20, como meu aluno, que se destava na classe pelas boas notas. E a amizade de mestre continuou na de colegas através dos anos.

Além do magistério, exerceu vários postos públicos:

Deputado estadual em duas legislaturas, Secretário da Agricultura e Secretário da Fazenda, comportando-se invariavelmente com probidade e espírito patriótico. Era membro destacado de várias entidades culturais do Ceará: Academia Cearense de Letras, Instituto Histórico, Instituto do Nordeste, Sociedade Cearense de Agronomia, Casa de Juvenal Galeno. Desapareceu Renato de Almeida Braga, mas perdura seu exemplo, sua obra, a lembrar a figura humana e aco-

lhadora."

Com estas palavras, Sr. Presidente, nascidas da verdadeira estima e admiração, expresso, aqui e por este modo, a minha tristeza e a minha saudade do amigo e companheiro que tombou, assim, tão brusca e inesperadamente, e envio, desta tribuna, à sua digna família e ao Ceará as mais profundas e sinceras condolências pela imensa perda que acabamos de sofrer.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE:

(Ao Steinbruch) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que muitos não acreditavam, aconteceu. O Congresso Nacional foi convocado extraordinariamente e no primeiro dia da sua convocação houve número para a abertura dos trabalhos.

Quais as razões que levaram oposicionistas e governistas a essa convocação?

Não foram levados pela ajuda de custo, pelo interesse imediato, mas, por uma grande preocupação em virtude do momento que vive o País, do instante que o Brasil atravessa.

Já não mais adianta a deflação de que o nosso País goza de plena paz, está tranquilo, acomodado, por

não haver problemas importantes à espera de solução.

Já hoje os cassandras desapareceram e foram substituídos pelo que estão encarando o Brasil dentro de uma realidade. Não há pessimismo, não há otimismo: há realismo.

Já hoje a imprensa está mobilizada, a opinião pública mobiliza-se, enfrentando clara e abertamente o grande desafio, o desafio brasileiro: desenvolver-se ou perecer, emancipar-se ou ir para a escravidão econômica, fruto do subdesenvolvimento. A opção está entre o progresso e o atraso, e o povo brasileiro já tomou uma decisão a favor do progresso, do desenvolvimento, contra o atraso, a miséria, as velhas estruturas, que devem ser e serão substituídas pelas novas.

Já se verifica, mesmo, que a tônica dos discursos dos parlamentos mudou. Cou velho parlamentar. E se não existe aquele entusiasmo fruto dos apodos, muitas vezes, da troca de insultos de caráter pessoal, há aquêles pronunciamentos dos homens que observam, que viajavam pelo País e pelo Exterior, e trazem os seus relatórios, fruto das suas observações. Houve tempo em que o parlamentar viajava, voltava à terra e não se ouvia dêla uma só palavra sobre as suas observações, como se o parlamentar nada tivesse observado durante os dias ou meses em que se encontrava afastado do Brasil.

O Sr. Arnon de Mello — Dá-me V. Ex^a licença para um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer, Exa.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex^a fez uma observação muito justa. É de fato, um sinal de desenvolvimento o que se verifica atualmente neste País: não se atacam homens. Nós não vemos líderes políticos destacando-se, no ataque ao Governo, nem elementos do Governo destacando-se no ataque a líderes oposicionistas. O que nós estamos vendo, neste momento, mesmo no movimento estudantil, é o ataque aos problemas a luta contra os problemas que gritam por solução urgente. O que importa e preocupa a todos, jovens estudantes, homens públicos, são as questões econômicas e sociais de interesse geral. Está, realmente, um sinal do desenvolvimento brasileiro.

O SR. AURELIO VIANNA — Plenamente de acordo com a observação de V. Ex^a. Ao revés do que muitas aves agoureira apregoam, o que V. Ex^a acaba de observar é absolutamente válido. Os debates, hoje, revelam uma fuga ao subdesenvolvimento, seriedade, espírito de responsabilidade, um avanço, ao invés de um retrocesso. Os irresponsáveis estão sendo marginalizados.

Sr. Presidente e nobres Senadores, eu estava lendo, neste livreto importante, os "Cadernos Germano-Brasileiros", um estudo do senhor Hermann M. Gürzen diretor desta revista mensal de cultura, de economia e de política, no qual sua Senhoria traça o perfil psicológico do brasileiro:

"Uma certa comunicabilidade espontânea, uma atitudeativa face à vida, uma necessidade de se expandir, de encontrar-se a si mesmo; e como consequência desse dinamismo psicológico, uma certa dificuldade de demorar-se muito num ponto concreto, numa atividade determinada.

Fugo do profundo, do duradouro, do complexo, aversão natural à meditação filosófica, abstrata puramente especulativa, e não realizadora, inteligência rápida, perspicaz, mas pouco persistente no aprofundamento, talvez o caracterizaria melhor, o vocabulário intuição do que o de inteligência propriamente dita. Sabe-se, perfeitamente, que nem o índio nem o preto contribuiriam com nenhum fator diferente para este

aspecto do caráter latino. O brasileiro é, pois, um latino de "segunda mão". Ai está a sua religiosidade à flor da pele; comunicativa, antes de mais nada, plena de mistério mas alheia às bases dogmáticas e metafísicas."

Realmente, convordamos com alguns conceitos deste professor, deste analista, sobre a personalidade do brasileiro.

Verifica-se, hoje, no entanto, que a nova mentalidade do Brasil jovem difere bastante das observações de até há bem pouco. Já o brasileiro se detém na análise mais profunda dos problemas sociais, econômicos e políticos. Até mesmo se detém muito mais na análise dos problemas metafísicos, nos problemas filosóficos, porque ele está alcançando a sua maturidade. Já não é apenas um objeto, uma coisa, mas sim um ser que sente, que deseja e pugna pelas soluções para seus grandes problemas, seja do espírito, da alma ou do corpo. Os nossos sociólogos, os filósofos, têm que fazer uma revisão na análise da personalidade e do caráter do brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, um dos nossos jornais, dos mais portentosos, dos que melhor vêm analisando a problemática brasileira, fez uma declaração, da sua própria responsabilidade, que deve ser registrada. (ê)

"Vivemos de fato um período que marcará, de forma decisiva, nossa história futura.

Os países que não conseguirem, ainda neste século, alcançar um nível mínimo de bem-estar e dinamismo econômico ficarão em má situação no mundo superpovoado, em que as nações ricas não verão com bons olhos a inquietação e agitação crônica de regiões proletarizadas."

Eu iria muito mais adiante: elas irão tomar o papel daquelas nações que, em se julgando mais progressistas e mais avançadas, invadiram as nações subdesenvolvidas da sua época e a escravizaram.

Se fizermos uma comparação entre a Inglaterra e os Estados Unidos, da época da colonização do grande país de Lincoln e de Washington, não encontraremos diferença muito profunda entre as potências superdesenvolvidas de hoje com os nossos países infradesenvolvidos. A diferença que pensamos ser profunda é que, hoje, há uma consciência já formada nos nossos países infradesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Mas quando lemos esses dados não podemos deixar de ficar impressionados, diante do quadro que eles apresentam.

O que não se processará, na alma do povo, de um país cuja renda, *per capita*, anua, é de mais de três mil dólares, quando olha para um outro país, imenso em extensão territorial, com renda *per capital anual*, de menos de duzentos dólares?

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Parece que V. Ex^a sustenta uma tese que coincide com um pensamento que se vai generalizando no mundo: não basta o desenvolvimento é indispensável, o desenvolvimento com igualdade".

O SR. AURELIO VIANNA — Exato.

O Sr. Josaphat Marinho — O que as grandes massas já não aceitam se está sentindo, efetivamente, é que apenas o processo de desenvolvimento dos países. Os fenômenos, que se estão repetindo na maioria dos países, indicam que o homem comum está exigindo desenvolvimento com igualdade, entre as diferentes camadas da

população. Note V. Ex^a, que está fazendo menção a dados estatísticos, e agora mesmo, no curso da crise, salientou-se que, na França, a renda *per capita* é das maiores na Europa. E o que é mais, ninguém nega que essa elevação da renda *per capita* resultou do esforço, da capacidade construtiva do General De Gaulle. Não obstante, como o desenvolvimento promovido não teve o caráter de generalidade quanto aos indivíduos, como era aconselhável, a rebelião se processou e em tais termos que o próprio Governo reconheceu que, apesar das mudanças propostas, impunham-se outras alterações na estrutura social e econômica da França. E' a tese de que não basta o desenvolvimento: é indispensável o desenvolvimento com igualdade, para assegurar a paz coletiva.

O Sr. Arnon de Mello — Permitame, nobre Senador Aurélio Viana, esta intervenção. E' a propósito do aparte do eminentíssimo Senador Josaphat Marinho.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Gostaria, a margem do pensamento do ilustre Senador pela Bahia, de frizar que não basta o desenvolvimento econômico, é preciso, também, o desenvolvimento social, enfim, o desenvolvimento global.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E o que se processa internamente transplanta-se, já hoje, para as relações internacionais. Quando nós verificamos a marcha de milhares de pessoas no país de renda *per capita* a mais alta do mundo, a marcha de milhares de pessoas para Washington, pedindo justamente desenvolvimento com igualdade, a marcha dos pobres, a marcha dos miseráveis, a marcha dos que não têm uma habitação sua, a marcha dos que não possuem as mínimas possibilidades de viver folhadamente na grande nação do norte. Então, a observação que fazem os nobres Senadores Josaphat Marinho e Arnon de Mello — são absolutamente válidas. Mas, já hoje as nações subdesenvolvidas exigem, também, desenvolvimento com igualdade, com oportunidade para todas elas, e é o que não está havendo. Um grupo pequeno de grandes potências explora um grupo enorme de pequenas potências, ricas potencialmente, pobres industrialmente.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex^a dá licença para um outro aparte, Senador Aurélio Viana?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Arnon de Mello — As suas palavras me sugerem a seguinte observação, a respeito da posição das superpotências — Estados Unidos e Rússia no campo da energia atômica. Em 1955, Oppenheimer teve esta frase que já citei da tribuna do Senado: "Hoje, a pobre é uma maldade, porque a ciência colocou nas mãos dos homens todos os meios para vencê-la e acabar com a fome no mundo inteiro."

Estas palavras foram ditas em 1955 e estamos em 1968. As superpotências, entretanto, não utilizaram, como

poderiam ter feito, o instrumental da ciência e da tecnologia, das aplicações precíprias da energia nuclear, por exemplo, em benefício do maior número. A situação é tal, no mundo é esta: a Rússia possui apenas cerca de 900.000 Kw de energia nuclear, os Estados Unidos 1.700.000Kw, enquanto a Inglaterra tem 3.000.000Kw. A Rússia e os Estados Unidos, superpotências, desenvolvoram a energia nuclear mais para fins bélicos do que para fins pacíficos. Era o aparte que desejava dar a V. Ex^a, a propósito de suas palavras sobre a pobreza dos países desenvolvidos.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E o terror nuclear causa o medo, contra

cujo medo rebelou-se Roosevelt quando levou o seu povo à guerra, defendendo as quatro liberdades fundamentais do homem e do cidadão e nelas incluindo a liberdade de o homem não ter medo.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui está uma estatística publicada recentemente e comunicada ao povo, pelo jornal a que me referi:

"O Banco Mundial atribui ao Banco do Brasil um Produto Interno Bruto, por habitante, de 220 dólares. Os Estados Unidos se situam ao nível de 3.020 dólares e a França de 1.540 dólares, para tornarmos apenas dois exemplos. O sucesso do esforço de desenvolvimento e de elevação dos padrões de vida, se mede pela diminuição dessa diferença.

Supondo-se que nosso Produto Interno Bruto se expanda a 7% ao ano e a população cresça de 3% conseguirmos alcançar, no fim do século, um pouco por habitante de cerca de 770 dólares".

Apenas no fim do século. "Nesse momento, mantida a tendência dos anos recentes, os Estados Unidos e a França teriam alcançado, respectivamente, 7.776 e 3.965 dólares.

A diferença entre a França, desenvolvida, e os Estados Unidos, superdesenvolvidos, seria de cerca de 1.000 dólares no fim deste século. A diferença entre o Brasil e os Estados Unidos seria de cerca de 7.000 dólares, e entre o Brasil e a França de cerca de 3.200 dólares.

E' impressionante o quadro com que nos defrontamos. E é por isto que o povo brasileiro, particularizando através dos seus industriais, dos estudantes, dos profissionais liberais, dos homens mais esclarecidos, inclusive alguns das próprias classes militares, está raciocinando já em termos que não eram admissíveis há algum tempo passado.

Com prazer ouço V. Ex^a, nobre Senador Arnon de Mello.

O Sr. Arnon de Mello — Estou realmente encantado em ouvir o discurso de V. Ex^a abordando tal assunto em profundidade. Nota-se que não há no Brasil o gosto de aprofundar-se no exame dos problemas, geralmente um tanto tratados assim, à la rama. Mas nós precisamos, nessa hora gravíssima da vida nacional, de ser escafandrinos, de mergulhar nos assuntos. No livro de Hermann Kahn, "O ano 2.000", as estatísticas não são tão otimistas como as apresentadas pelo autor do artigo que V. Ex^a está endo. Ele diz, através de números, que a nossa distância para os Estados Unidos é de 130 anos e que, no ano 2.000, teremos uma renda *per capita* de menos de 600 dólares, enquanto a Argentina e outros países da América Latina terão uma renda *per capita* de mais de 1.500 dólares. Não ignoramos nas estatísticas do ano 2.000 como país mais ou menos desenvolvido; figuramos até como país extremamente subdesenvolvido.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Quando a América Latina terá uma população de cerca de 600 milhões de indivíduos. Mas entre 600 dólares e 720 dólares, a diferença não é muito grande. De qualquer maneira, estaremos classificados, e tão, na área dos subdesenvolvidos.

O Sr. Arnon de Mello — Sub, subdesenvolvidos.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Quem se rebela não é apenas a população jovem do Brasil, que será adulta daqui a 20 anos. Contra esse estado de coisas, essa espécie de passividade, que eu quase diria patológica, rebela-se a Nação brasileira que pergunta, de grande jornal, do seu editoria-

lata, e sua pergunta não foi respondida.

(Lendo).

O corolário desse reconhecimento não pode deixar de ser outro senão o de uma revisão, em profundidade, da realidade nacional e a adoção de medidas que substituam a rotina pela procura permanente de soluções novas e eficazes. A difusa inquietação que domina todas as camadas sociais demonstra que o País já se acha suficientemente motivado. O que lhe falta é liderança e esta só pode ser dada pelo Governo". — Não diz: por este Governo, mas pelo Governo.

Mas, o Sr. Senador Josaphat Marinho chamou-nos a atenção para um ponto — é a questão da igualdade das oportunidades. E o que estamos assistindo, nestes últimos anos, é que as grandes potências como que só tamanhamente conhecimento da existência da grande massa de 2/3 da humanidade, e que acorda sem saber o que vai rolar naquele dia; só tomam conhecimento da existência dessa sub-humanidade para explorá-la cada vez mais. Ao invés do uso do átomo para a paz, as grandes potências, as maiores delas, utilizam-no, como bem revelou o Senador Arnon de Mello, para fins bélicos, para destruição, para causar o medo, pânico de que se aposse uma grande parte da humanidade. E, já houve quem dissesse — e foi um analista profundo cujo nome me foge neste instante — que essa agitação toda da humanidade jovem e frugilhada, inquietação gerada pelo medo do emprego de armas atômicas para a sua própria destruição e que se explica mais ou menos a passividade do velho, porque este já viveu bastante, e a inquietação do jovem porque quer viver e está sob ameaça de não sobreviver.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Foi assim.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex^a invocou o conceito segundo o qual o que falta, em boa parte do Brasil, é a liderança no sentido da direção eficaz por parte do Governo, para a solução dos grandes problemas. E pouco antes, o nobre Senador Arnon de Mello ponderava que estava V. Ex^a otimista quanto a conclusões que admitia para o fim deste século. Sem que nenhum de nós seja pessimista, mas todos queremos ser realistas, convém acentuar certos fatos para advertência aos mais responsáveis, que são os governantes. Veja V. Ex^a que, no momento em que salienta com tanta propriedade, o desenvolvimento da exploração da energia nuclear no mundo, nós ainda estamos permitindo, no Brasil, que grupos econômicos se entredeverem, prejudicando a exploração de determinadas riquezas que são essenciais ao desenvolvimento econômico do País. Faria não dar outros exemplos, vou citar um de que tratei, precisamente nesta Casa: a exploração das jazidas de cobre na Bahia. O Governo não exerce nenhuma liderança, não atua administrativamente em condições de assegurar aos que possam efetivamente explorá-las o poder de fazê-lo. Permite, antes, que grupos interessados se entredeverem. E, enquanto se entredeveram, com a passividade da administração, as jazidas de cobre continuam sem efetiva exploração no Estado da Bahia, embora sejam de larga extensão.

O SR. AURELIO VIANNA — E V. Ex^a poderia estender seu argumento às jazidas de níquel. E poderia estender seu argumento a muitas outras riquezas necessárias ao desenvolvimento do nosso País, as quais se en-

contram no ventre da nossa terra à espera de compreensão, de entendimento.

A verdade é esta que a imprensa, que os periódicos revelam: (6)

"Só em 1956, plena era revolucionária, houve no Estado de São Paulo 2.565 falências.

Em 1957 quando a Revolução deverá estar consolidada, houve cerca de 4 mil falências. Em São Paulo, em cinco meses, em 1958,

já cerca de duas mil falências. O empresariado nacional está cada vez mais premido, mais pressionado.

Os grupos das grandes potências, o poder internacional do dinheiro invadindo as potências de larga extensão territorial ou não mas que possuem riquezas, que elas vão transportando para aumentar o seu poderio e a sua grandeza. Mas há um despertamento em que o próprio Professor Ruy Cirne Lima, no bem fundamentado estudo aprecia a independência política.

Temos já agora a esperança de acrescentar, em breve, a independência econômica, não advinda das imensas riquezas das terras "... se não alcançado pelo nosso homem que adquiriu consciência, afinal, de quanto pode, de quanto deve ao bem estar de sua gente e ao progresso do seu país".

Não alcançamos a independência política ainda, no sentido que se dá a frase.

"... Uma fisionomia nova surpreende, jubilosamente, a todos na marcha em comum a caminho do futuro, a fisionomia do brasileiro-senhor, por fim, de suas próprias riquezas".

Um artigo muito bem fundamentado mas as conclusões não são verdadeiras. Não somos senhores, ainda, das nossas próprias riquezas e não podemos deixar de repetir as declarações feitas pelo Sr. Ministro da Justiça deste Governo, de que 1/3 do território brasileiro encontra-se nas mãos de estrangeiros, e que o contrabando de minérios alíneicos continua num crescendo, neste País.

Ouve, um dia desses, falar sobre maquinário agrícola, sobre eréjito agrícola e lembrei-me do jornalista que chamava a atenção para este ponto: há dinheiro no banco para a agricultura brasileira; há exposições em que os bancos chamam os exportadores e os que se interessam impela compra de animais nobres, de bons produtores, e o chamamento dos estabelecimentos bancários caia no vazio. Por que? É que o agricultor brasileiro não se sente em condições de tomar empréstimos com os juros que lhe são cobrados.

Sabe que a nossa terra é fértil, que o seu PH é altíssimo, sabe como fazer a correção mas não pode comprar calçário; sabe que a terra brasileira precisa de fósforo; sabe onde encontrar e superávit, mas não tem recursos para adquiri-lo e quando uma empresa como a Fosforita de Olinda inicia um trabalho fechado, dirigido por brasileiros, sabe o brasileiro responde que a empresa cerca suas portas, creia que há cerca de dois meses. Um grupo internacional tentou abovê-la; houve resistência e a conclusão é esta: a Fosforita de Olinda está fechada.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex^a um acréscimo?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Creio que V. Ex^a pode alargar a sua apreciação, para dizer que não somos senhores dos nossos bens nem mesmo do desenvolvimento de nossa técnica, particularmente, de nossa técnica

industrial. Quando o País tem de terminar suas iniciativas neste sentido, o capital estrangeiro, aos poucos, vai penetrando e indústrias originariamente constituidas para formar patrimônio econômico e técnico do País acabar dominadas pelo capital e orientação estrangeiros. E o caso típico da indústria australiense.

O SR. AURELIO VIANNA — Exatamente, e é o caso típico da França.

Hoje, lemos nos jornais que os degatistas estão agora mais preocupados do que quando ali eclodiu o movimento Juventude-operário, e isto porque quando De Gaulle declarou que fizera ainda as reformas, mas que as reformas seriam feitas, o francês, acostumado a ouvir e crer na palavra do seu grande líder, lhe dera um crédito de confiança. Está esperando que, com liberdade e na paz, as reformas sajam feitas.

Segundo os grandes estudiosos, os grandes leitores de estatísticas, mais de 50% da indústria francesa, francesa o é de nome, mas o capital, francês não é. E' norte-americano.

Sr. Presidente, apenas estamos na tribuna justificando a convocação, e, continuando a luta. Há quem diga que se o povo não lhe tido aquilo que dizemos aqui. Há muita gente que está lendo e que tem poder de decidir.

O Sr. Josaphat Marinho — E mais, ainda muita gente que não está lendo, porque os jornais não chegam às regiões mais profundas do Brasil. Entretanto, pelo interior, há muita gente caindo rádio, sabendo quem fala e quem não fala, quem defende e quem não defende os interesses do povo, quem está capitulando e quem está resistindo.

O SR. AURELIO VIANNA — De pleno acordo com V. Ex^a.

Dizem que o transitor tem feito inúmeras revoluções; a revolução interior.

Neutra oportunidade, iremos focalizar, exclusivamente, o problema da terra, da exploração da terra, do uso da terra, como é feito no Brasil. Iremos mostrar e demonstrar a grande preocupação das grandes potências com a alimentação do seu povo e apresentar dados comparativos que demonstram que o Brasil é, como o Senador Arnon de Melo dizia há pouco, subdesenvolvido.

O Sr. Arnon de Melo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Arnon de Melo — A propriedade de terra, lembro à V. Ex^a que a agricultura comparece, na nossa economia, com 7% da produção e absorve 55% da mão-de-obra brasileira; a indústria comparece com 30% e absoeve 9% da mão-de-obra. V. Ex^a, portanto, que mão-de-obra absorvida pela agricultura deve ser bem sub-alimentada, bem subnutrida. Mas o pior é que em 1956, a produção agrícola brasileira foi negativa em relação à do ano anterior. Nós produzimos, em 1956, malas 2% do que produzimos em 1955, isto setor agrícola.

O SR. AURELIO VIANNA — E a propaganda? Comprem-se tratores. Com? Comprem-se adubos. Os depósitos estão superlotados". Como?

Há um círculo de az, em torno das nações subdesenvolvidas. Este é a primeira verdade. Precisa ser rompido esse círculo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com todo prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Esse círculo, V. Ex^a, diz bem, precisa ser rompido. Mas não pode ser rompido enquanto em certos países, como o nosso, a reforma agrária continuar — e ainda há uma semana o disse, na presença do Sr. Presidente da República, um dos governadores da ARENA,

enquanto a reforma agrária continua, em grande parte, apenas no texto da lei.

O SR. AURELIO VIANNA — Exato. De acordo com suas palavras.

Sra. Senadores, que quadro que nos envergonha! Diariamente — segundo os cálculos dos estatísticos — são criadas, no Brasil, 10 milhões de vacas produzem apenas 7 milhões de litros de leite, para uma população de quase 93 milhões de habitantes. Saibem V. Exas. o que significa isto? Que cada vaca ordenhada no Brasil produz, 700 kg de leite; enquanto isto, na Alemanha, uma vaca produz 3.600 kg de leite por ano; nos Estados Unidos, 3.856; no Dinamarca, 3.904; na Holanda, 4.177; na Bélgica, 3.933. No Brasil, 700 kg. São vacas tão subdesenvolvidas como o Brasil.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Poderíamos relacionar uma série de razões pelas quais isso acontece. Eu me limito a apenas uma: o proprietário pecuarista que comparece, por exemplo, à Caixa Econômica Federal, com seu título de propriedade com opaumento de propriedade, com o pagamento do imposto do IBRA liquidado, com a prova de que possui certo número de vacas leiteiras, e pretender contrair um empréstimo, não conseguirá.

Entretanto, se ele comparecer com uma proposta de uma casa comercial, que lhe vende uma geladeira, uma máquina de lavar roupa, um fogão, enfim, objetos de uso doméstico, conseguirá imediatamente o empréstimo. Se for mais modesto e pretender comprar uma lambreta, conseguirá comprá-la, porque a Caixa Econômica financiará. Se for mais modesto, ainda, se pretender comprar uma bicicleta, conseguirá comprá-la através da Caixa Econômica Federal. Entretanto, com a propriedade agrícola, com as vacas precisando de recursos para alimentá-las, para a sua invernada, enfim, para progresso da propriedade, agrícola, o homem do campo não consegue levantar empréstimo em hipótese alguma. Nós, os cidadãos, podemos comprar todos aqueles objetos, porque a Caixa Econômica Federal financia. E vai mais longe a Caixa Econômica Federal. Faz propaganda, com matéria paga, na imprensa, sobre empréstimos desse natureza — para compra de fogão, geladeira, lambreta, automóvel, bicicleta etc. Ai tem V. Ex^a, uma das razões. E há diversas outras, que eu poderia relacionar.

O SR. AURELIO VIANNA — E quanto V. Ex^a, junta, às dificuldades do homem que trabalha a terra, o Imposto de Circulação de Mercadorias, da maneira como é cobrado. Na essência, somos favoráveis ao imposto. A maneira como é exigido, contudo, é cobrado é que nós não podemos aceitar. Termine aqui, Sr. Presidente, para acabar esta暄havado desalinhamento de opiniões... (Não apague)

O SR. LINO DE MATTOS — Absolutamente! São observações oportunísticas que devem ser publicadas pela imprensa.

O SR. AURELIO VIANNA — Com uma observação: um cidadão foi a um banco. Seu desejo era comprar algumas vacas leiteiras. Deram-lhe 20 milhões de cruzeiros de empréstimo. Ele garantiu ele teria de dar a propriedade.

O SR. LINO DE MATTOS — Hippocateda.

O SR. AURELIO VIANNA — Todo o gado existente na propriedade, o qual não poderia ser vendido, enquanto ele não terminasse o pag-

mento dos 20 milhões de cruzeiros. Comprando uma vaca que dê uma média de 8 litros de leite por dia, cada uma lhe custaria 500 mil cruzeiros. Então, 40 vacas a 500 mil cruzeiros, seriam 20 milhões de cruzeiros. Antes de pagar a primeira prestação — seria um ano após o empréstimo realizado — V. Exas, sabem quanto de juros esse proprietário teria de pagar ao banco? Três milhões e seiscentos mil cruzeiros, o que significa mais de sete vacas. Então, anuncia-se, provoca-se o povo, para que beba mais leite. E o mais importante — esse cidadão que toma o empréstimo vai entregar o litro de leite, que é vendido em Brasília a NC\$ 0,40, segundo me consta, vai entregar a NC\$ 0,10.

Há um desajustamento, há uma incompreensão do problema nacional, parece-me que os homens que deveriam estar colocados em certos cargos para resolverem os nossos problemas, estão fora desses cargos e os incapazes — falo em tese — é que estão decidindo.

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Lamento não poder ficar aqui até o fim do seu discurso...

O SR. AURÉLIO VIANNA — Mas vou terminar agora mesmo.

O Sr. Arnon de Mello — ... que ouço com profunda alegria e admiração. V. Exa. traçou o quadro dramático da realidade brasileira. A frase é de um economista alemão: "diante do rush da tecnologia americana e japonesa, nós, na Europa, somos hoje países subdesenvolvidos".

Então, se a Europa se considera subdesenvolvida, que são os países da América Latina senão subdesenvolvidos? Cumpre, entretanto, fixar que, evidentemente, todos esses gravíssimos problemas destacados por V. Exa., que perturbam o desenvolvimento brasileiro e nos aprofundam no subdesenvolvimento, só poderão ser resolvidos com a Ciência e com a Tecnologia. O movimento em favor da Ciência e da Tecnologia no Brasil tem de ser um movimento geral, de todos nós, de povo e de elites. Qualquer um de nós que vá para o Governo não poderá vencer aqueles problemas senão utilizar o instrumental dos tempos modernos. Felicito V. Exa. pelo discurso que acaba de pronunciar. Acredito que, se as elites brasileiras se conscientizarem da esencialidade do desenvolvimento científico e tecnológico, não chegaremos ao ano 2000 com a renda per capita de 580 dólares, como imagina o Sr. Herman Kahn no seu livro "O Ano 2000". Vamos, pois, queimar etapas e desenvolver-nos em termos da era nuclear e espacial.

O SR. AURELIO VIANNA — E ai estamos de acordo, homens da ARENA e homens do MDB. E ai estamos de acordo, os Srs. Ministros Jarbas Passarinho, Mário Andreazza, e nós da Oposição: todo sacrifício deve ser feito para darmos uma nova estrutura ao nosso ensino, particularmente ao ensino universitário.

Sem Ciência, sem Tecnologia nenhum país sobrevive. Será eternamente subdesenvolvido. Ser subdesenvolvido é ser escravo, embora na ilusão de ser independente.

Sr. Presidente, continuaremos, enquanto o Congresso estiver funcionando, analisando esses problemas e deixando marcada a nossa passagem, a passagem dos Senadores federais, insculpando o nosso pensamento nas páginas dos Anais do Senado Federal.

Ou o nosso Governo assume uma posição maisativa, consentânea com a realidade, não fazendo milagres, o que é impossível, mas usando o que temos, e o que adquirirmos através de empréstimos para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e pa-

ra a solução de problemas de infraestrutura, ou então nem com este Governo nem com outro governo que o suceda teremos tranquilidade, teremos paz. E sem tranquilidade e sem paz é impossível a segurança pela qual lutamos, pela qual nos batemos.

São estas, Sr. Presidente e nobres colegas, as palavras que tinham a pronunciado na tarde de hoje. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Matos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os habitantes das margens dos rios que formam a bacia do Prata dispõem de um único meio de transporte, não só para suas viagens pessoais, mas para as mercadorias que produzem, meio de transportes este que é representado pelo Serviço Nacional de Navegação da Bacia do Prata S. A.

Acontece, entretanto, segundo informações que me chegam da região, que apesar dessa organização dispor de rebocadores e de empurreadores como tonelagem 10 vezes superior à que está usando atualmente, essa empresa, por razões desconhecidas das partes interessadas, está mantendo um serviço deploravelmente deficiente, a tal modo que as mercadorias estão se deteriorando no porto de Guaira, por falta de meios de transportes. Os passageiros ficam ao leu, à espera de condução, ao longo do rio, por que a Companhia não mantém os seus pequenos navios com horários regulares.

Enfim, a impressão que deixaram em meu espírito as reclamações dessa origem é a de que pesa sobre o Serviço de Navegação da Bacia do Prata S. A. a mesma ameaça já por mim denunciada, com relação ao Lloyd Brasileiro. Marcham ambas as organizações, isto é, o Lloyd Brasileiro e o Serviço de Navegação da Bacia do Prata S. A., para o mesmo destino inexorável: liquidação, desaparecimento.

O Sr. Ministro dos Transportes, o Coronel Mário Andreazza, deve estar informado sobre a denúncia que estou formulando, porque, em minhas mãos, tenho cópias de ofícios encaminhados a S. Exa. dando conta dessa situação.

Entre esses documentos, o que tenho aqui, mereceu minha atenção especial, pela autoridade que o subscreve, que é o Presidente da Câmara Vereador José Vélosso Menezes, dando conta, em longa petição, da reclamação que formulo.

E' um documento de interesse, de importância, porque, ao arrolar as queixas, apresenta o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Presidente Epitácio um quadro estatístico provando que serviço existe, em quantidade, para que a empresa se desenvolva e cresça ainda mais.

O relaxamento, o abandono, o descuido em que se encontra esta empresa há de ser, forçosamente, debitado.

Há outras razões, uma das quais me parece ser aquela em que se encontra o Lloyd Brasileiro, como, por exemplo, um plano preestabelecido de liquidação, em favor de empresas particulares.

Esta, Sr. Presidente, a queixa que, em nome dos habitantes das margens dos rios que formam a Bacia do Prata, deixo consignado nos Anais do Congresso, na esperança de que o Ministro dos Transportes tome as devolutivas.

Consoante venho fazendo, em todas as sessões, encaminhei à Mesa uma série de requerimentos, pedindo informações. Num déles, uma insistência aparentemente impertinente, mas não está em jogo interesse pes-

soal meu nem de nenhum colega do Senado da República e sem o interesse da Nação, eu volto a repisar o problema do Lóide Brasileiro. Nelle relaciono quatro perguntas da maior importância e da maior seriedade e observo um detalhe insignificante. Menciono nesse requerimento: o fato de a direção do Lóide Brasileiro estar sem dinheiro e haver telegrafado, para a agência de Hamburgo, pedindo a bagatela de 300.000 dólares. Cito o número do "telex", pedindo essa importância, para dar autenticidade ao documento e ainda a resposta da agência de Hamburgo, dizendo que, também, não tinha dinheiro e, portanto, não podia atender às aflições, às agruras do Lóide Brasileiro.

Finalmente, formulo a pergunta sobre se essa situação caótica, essa falta de dinheiro resulta da precrastide em que se encontra o Lóide Brasileiro ou se é a sua Contabilidade que está anarquizada, não está em ordem.

Não é possível, Sr. Presidente, que uma organização da monta, da importância do Lóide Brasileiro, que tem linhas marítimas não só de cabotagem, mas internacionais, servindo portos importantes do mundo, entre eles o de Nova Iorque e os de outras cidades americanas e de países de outros continentes, fique na dependência da remessa de numerário, para pagar funcionários.

Estou, assim, esperançoso de que o Sr. Ministro dos Transportes se transporte para este problema do Lóide Brasileiro e informe ao Senado, realmente, a situação do Lóide Brasileiro é assim tão crítica, tão precária, tão difícil e se, finalmente querem vender o Lóide Brasileiro e se há um plano nesse sentido.

Há, ainda, outros requerimentos cuja leitura dispenso de fazer, porque já tive o prazer de ouvi-las, na palavra, sempre amiga, do nobre Senador Guido Mondin, que funcionou como Secretário.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero registrar, com satisfação, a favorável acolhida que vimos recebendo pela apresentação do Projeto de Lei do Senado, que tomou o número 65 de 1968, dispondo sobre o fornecimento obrigatório de café matinal gratuito, aos empregados de empresas individuais ou coletivas, que contem com mais de 10 empregados.

São diversas as organizações sindicais que nos têm escrito. Tivemos contacto, há bem poucos dias, com o Presidente do Conselho Superior da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga Sr. Denizar de Almeida Carneiro, que recebeu, com simpatia, a proposição e nos disse, inclusive, que influiria, junto a outros colegas de sua classe, para que se manifestasse favoravelmente à proposição.

Assim, queria sómente fazer um apelo para que a dota Comissão de Justiça apreciasse a proposição, no seu aspecto constitucional, a fim de que pudéssemos, aproveitando a convocação do Congresso para o mês de julho, aprovar a referida proposição e remetê-la à Câmara dos Deputados. (Muito bem).

COMARQUECIM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Edmundo Levi.

Achilles Cruz.

Luis de Barros.

Josaphat Marinho.

Nogueira da Gama.

Bezerra Neto.

Alvaro Catão.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte requerimento. Requerimento nº 856, de 1968.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Havendo falecido nesta Capital, no dia 30 de junho findo, o ex-Senador Paulo Ramos Coelho, requeremos seja inserto na Ata dos trabalhos da Casa um voto de pesar, comunicando-se à família enlutada a homenagem do Senado Federal.

Brasília, 2 de julho de 1968. — Edmundo Levi, Alvaro Maia, Lino de Mattos, Aurélio Vianna, José Guimard e Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação. Tem a palavra, para encaminhar a votação do requerimento o Sr. Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Paulo Ramos Coelho exerceu, como representante do Amazonas, o mandato de Senador Federal. Por certo, a sua personalidade despertou, em seus contemporâneos, não só amizade, mas também curiosidade. Em verdade, o falecido, hoje homenageado foi um homem interessante. Parecia, nas primeiras manifestações, apenas um impulsivo, um homem capaz de atitudes agressivas. Entretanto, aqueles que com ele privaram, compreenderam que era, sobretudo, um homem bom. Os seus momentos impulsivos refletiam-se, apenas, nas revoltas contra injustiças, contra atos que lhe pareciam capazes de ferir direitos, de violar consciências ou de resultar em dano a seu semelhante. Era, assim, fundamentalmente, movido pelo coração.

Exerceu vários cargos, desde inspetor de ensino comercial no Amazonas até o de Senador. Foi, por muitos anos, Sr. Presidente, agente do Lóide Brasileiro, em Manaus e em Belém. Desta última cidade, saiu para vir substituir, neste Casa, outro homem singular, que, por tantos anos, representou o Amazonas: o ex-Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello.

Pelos cargos que passou deixou, sempre, a marca da sua personalidade de homem ativo, trabalhador, consciente dos deveres e profundamente honesto.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — Vossa Excelência, nobre Senador, realizou na personalidade do distinto morto o traço mais marcante — a sua bondade, o seu coração generoso. Uma vez, fomos juntos a Pôrto Alegre participar de um Congresso de Turismo e esse traço chamou a atenção de todos os que lá compareceram. Granjeou amigos novos. Era, realmente, um temperamental, mas um temperamental que escondia um grande coração. Eu quero também associar-me às homenagens que o nobre Senador Edmundo Levi presta à memória de Paulo Coelho, e estendo os meus votos de pesar à ilustre família do extinto, principalmente a seu irmão Plínio Coelho, que foi um bom Governador do Estado do Amazonas.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço o aparte do eminente Senador Aarão Steinbruch que ressaltou uma das facetas marcantes do caráter de Paulo Coelho: a bondade, o coração aberto, o espírito extravassado.

Acentuou, entretanto, que ele era o homem profundamente honesto. Passou por todos esses cargos e ul-

timamente, apesar de acometido de uma doença ingrata, vinha na luta cotidiana, desde manhã cedo até altas horas da noite, para poder prover a sua subsistência e a da sua família.

O desastre que o vitimou encontrou justamente nessa feira. Vinha ele de Goiânia, guiando seu carro e, em consequência do capotamento do veículo, veio a falecer aqui no Hospital Distrital de Brasília, no domingo último.

Paulo Coelho estava na luta pela sobrevivência, pela manutenção do dia a dia, empregando as últimas energias físicas que a doença ingrata ia minando todo dia, mas que o espírito forte vinha conseguindo sobrepujar e afastar a hora decisiva.

O Sr. Álvaro Maia — Permite Vossa Excelência um aparte? (Assentimento do orador) — Unicamente, Srs. Presidente, para comprovar e testemunhar todas as palavras e pensamentos aqui exarados a respeito de Paulo Coelho.

Fomos adversários em nossa terra, por assim dizer, durante toda a sua vida política. Travamos mesmo vários combates políticos. Ele era contrário, como sabe V. Exa., ao Partido Trabalhista. Várias vezes nos defrontamos, na tribuna das praças públicas quando, então, se comprovava, exatamente, que, embora Paulo Coelho fosse temperamental, explosivo e agressivo, não ofendia seus adversários. Nascemos na mesma cidadezinha, no interior, às margens do Madeira. De lá, Paulo Coelho se projetou pela vida, de acordo com o itinerário que V. Exa. está aqui traçando, deixando aquela região, uma lembrança profícua, uma lembrança carinhosa de sua atuação. O homem explosivo, o temperamental, por onde passava, junto aos seringueiros ou junto aos pobres, era de uma docura impressionante pela palavra e pela ação. Quero recordar, até, que o Deputado Paulo Coelho não passava dois meses sem ir ao Hospital Salesiano — que recebe seringueiros e trabalhadores das rodovias — dirigido por uma criatura exemplar, a irmã Clara Jacó, perguntando-lhe quais as necessidades hospitalares, quais os sofrimentos das criaturas ali internadas. Era, portanto, um bom. Tomei conhecimento de seu falecimento por V. Exa., ontem pela manhã. Tive oportunidade de visitá-lo quando enfermo. Soube que, nessa arrancada de Goiânia para Brasília, perto de Anápolis, desenvolvendo seu carro a velocidade de 140 quilômetros. Para evitar o atropelamento de um cavalo, desviou o veículo. Deu-se, então, o desastre em que sómente ele faleceu três dias depois. Também tive conhecimento de que, durante sua enfermidade, du-

rante essa tragédia íntima, essa trágica orgânica e mental, Paulo Coelho foi de resistência admirável e morreu sorrindo. Já estava quase bom, bom no sentido de ter passado o perigo, quando o avisaram que sua situação parigava. Então, sorriu e, sorrindo recebeu — para empregar a expressão de Antero de Quental — a fúnera Beatriz de mãos geladas, mas única Beatriz consoladora, com os braços entreabertos. Quero dizer que o explosivo, o agressivo, o combatente partiu para o outro lado eterno, calmamente, sorrindo, para o pôsto que, naturalmente, merecerá, perante as entidades superiores das religiões e perante os céus da eternidade a que ele pertencia. Era o que tinha a dizer, associando-me às palavras de V. Exa. — a respeito desse amazonense ilustre, meu conterrâneo, que, nascendo pobre, venceu na vida e, afinal de contas, desapareceu pobre.

O Sr. José Guiomard — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. José Guiomard — Nobre Senador Edmundo Levi, não tive, como V. Exa., a oportunidade de conhecê-lo, mais de perto, o ilustre homem público a que V. Exa. está prestando essa derradeira homenagem. Militando no Acre e ele no Amazonas, poucos foram os contatos que com ele tive. Mas sempre acompanhei sua vida política e o considerei grande político na sua terra, interessado, agressivo, às vezes, mas apaixonado pela grandeza da Amazônia. Por isso também, como representante de uma parcela do povo da Amazônia, queria associar-me à justa homenagem que V. Exa. está prestando ao ex-Senador Paulo Coelho.

O SR. EDMUNDO LEVI — Os eminentes Senadores Álvaro Maia e José Guiomard testemunharam sobre a personalidade marcante de Paulo Coelho, o eminentíssimo representante do Acre. Apesar de militar em unidade federativa diferente, tinha conhecimento da ação de Paulo Coelho, sempre, aberto para o sofrimento do povo. O eminentíssimo Senador Álvaro Maia, nascido na mesma cidade que serviu de berço a Paulo Coelho, pôde alongar-se nas suas considerações, sobretudo para mostrar que aquele homem extravasado nas suas manifestações era, entretanto, incapaz de, levado pela paixão, cometer injustiças, praticar insultos, arremeter-se contra as pessoas, unicamente pelo desejo de demolição. Paulo Coelho, se investia contra alguém, era apenas quando, movido pelo sentimento de revolta que um ato injusto, uma atitude reprovável provocada na sua

personalidade retilínea, desejava sempre de praticar o bem.

Deputado estadual, Deputado Federal, Paulo Coelho sempre se voltou, com todo ardor da sua mente e da sua alma, para as questões fundamentais do seu Estado e da sua gente. Depois de exercer o mandato de Senador e Deputado Federal, voltou ele, já aposentado, como Procurador do Lídice Brasileiro, à faixa diária, para a manutenção da sua família.

Pobre nasceu e pobre morreu, como bem acentuou o eminentíssimo Senador Álvaro Maia.

Era um homem de mãos abertas, incapaz do apêgo às coisas, meramente materiais. O dinheiro servia-lhe, apenas, para as necessidades imediatas. Não fazia do que ganhava o objetivo final de suas atividades; ao contrário, era únicamente o recurso de que necessitava para manter a família.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Conheci Paulo Coelho, quando Sua Excelência exerceu o mandato de Senador da República pelo Amazonas. Esteve comigo, desde logo, entre nós, estreita e sincera amizade. Tinha por ele imensa admiração. Parlamentar atuante, ativo, sobretudo patriota, amigo da sua terra, amigo da sua gente e nosso amigo, amigo dos seus colegas. Acompanhei, posteriormente, a sua odisséia, posso dizer assim, com a doença que teve de enfrentar, com os cuidados médicos, com hospitais enfim, uma luta imensa que ele soube enfrentar com galhardia, como homem forte, resoluto, de ânimo bem disposto. Surpreendeu-me, como surpreendeu a todos nós, o desenlace em situação tão trágica. Foi tomado de imensa dor, pesar, tristeza que, pessoalmente, como Senador pelo Estado de São Paulo — e estou certo que represento os meus colegas que integram a bancada paulista — registro, na oportuna e necessária oração de V. Exa. — em homenagem ao nosso querido colega, este aparte, para que fique fixado, também, a participação da nossa tristeza, a dor que tomou a todos nós, na falta que fará ao Amazonas e ao Brasil esse extraordinário lutador, este bravo patriota.

O SR. EDMUNDO LEVI — Emissário Senador Lino de Mattos, Vossa Excelência fixou com muita propriedade um dos aspectos importantes da personalidade de Paulo Coelho. Ele era, realmente, um forte. Ele sabia perfeitamente, como me revelou várias vezes, o mal que o vínculo minando, tinha conhecimento da doença atroz que o acometeu e sob

cujas garras ele esperava desaparecer. De maneira que foi, para nós, uma surpresa o desaparecimento de Paulo Ramos Coelho porque sabíamos que, pela sua fortaleza de ânimo, aquele espírito indomável afastaria, ainda por muito tempo, o desenlace fatal decorrente da própria doença.

Assim, Srs. Presidente e Srs. Senadores, em meu nome e em nome do Movimento Democrático Brasileiro, eu quero externar os sentimentos de todos nós pelo falecimento de Paulo Ramos Coelho. E como homem do Amazonas, creio que posso perfeitamente manifestar-me em nome da nossa bancada e dizer aqui o peso imenso que o seu Estado natal sente, neste instante, e da dor incontida que o desaparecimento de Paulo Ramos Coelho implantou no coração dos seus amigos. Assim, Senhores Senadores, deixo aqui, nestas palavras controladas, a emoção do meu pesar e da minha dor pelo desaparecimento de um grande amigo. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que aprovaram, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Mídia, no momento em que é homenageado o nosso ex-colega, Paulo Ramos Coelho, homenagem justa, feita de compuncão e saudade, lembra as palavras pungentes que ouvimos ontem, quando sepultávamo o nosso companheiro, palavras de seu próprio filho: "Nós o amamos pela dedicação com que lutou pela nossa família, pelos sacrifícios que fez para nossa formação, enfrentando com resignação o próprio sofrimento. Nós queremos ter sempre como exemplo em nossas vidas."

Então, a Mesa associa-se às homenagens prestadas, neste momento, ao ex-Senador Paulo Ramos Coelho, e fará cumprir a deliberação da Casa.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Nada mais havendo que tratar, antes de encerrar a presente sessão, convoco os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 3 de julho de 1968

(Quarta-feira)

TRABALHOS DE COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 50 minutos).

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador José Ermírio de Moraes.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

PARECERES PROFERIDOS

Nº e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1968 — Que submete à prévia aprovação do Conselho de Segurança Nacional as atribuições que especifica — Senador Milton Trindade — Parecer pela rejeição, aprovada em 12-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1968 — Que dispõe sobre a instalação de fábricas de café solúvel no País, com pelo menos, 50% de capitais de produtos de café verde — Senador Leandro Maciel — Parecer pela aprovação. Aprovado em 12-6-68.

SÍNTESSE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas, 1 (uma); Projetos relatados, 2 (dois); Projetos dis-

ATAS DAS COMISSÕES

tribuídos 4 (quatro); Projetos em tramitação, 2 (dois).

Senado Federal, 20 de junho de 1968. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Milton Campos. Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

PARECERES PROFERIDOS

Nº e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto Decreto Legislativo nº 57-68 — Aprova o Protocolo assinado em Montevideu, em 2-9-66, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado pa-

recer pela constitucionalidade da emenda substitutiva da Comissão de Relações Exteriores (4-6-68).

Projeto de Lei da Câmara nº 74-68

— Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 37, de 18-11-66, estendendo benefícios diversos a científicos e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil. — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela constitucionalidade da emenda substitutiva da Com. Proj. Executivo, com subemenda (4-6-68).

Projeto Lei Câmara nº 72-68 — Dispõe sobre a ação de alimentos e dá outras providências — Senador Beira Neto — Aprovado o pedido de vista formulado pelo Senador Aurélio Viana (4-6-68).

Projeto de Lei da Câmara nº 59-68

— Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências — Senador Eurico Rezende — Aprovado parecer pela constitucionalidade da emenda substitutiva (4-6-68).

Projeto de Lei do Senado nº 29-68 — Regula a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de jazidas e minas cuja exploração constitui ou venha a constituir monopólio da União (art. 161, §§ 2º e 3º da Constituição). — Senador Josaphat Marinho — Aprovado parecer por diligência junto aos Min. Minas e Energia, Ind. e Comércio, e Fazenda (4 de junho de 1968).

Projeto de Lei do Senado nº 43-68

— Altera a Edição do § 2º do art. 64 da Lei 3.807, de 26-8-60. (Lei Orgânica da Previdência Social), que dispõe sobre os períodos de carência para os segurados que reingressarem na Previdência Social após terem perdido essa qualidade. — Senador Josaphat Marinho — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. — 4-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 44-68

— Dispõe sobre a concessão de empréstimo e financiamento pelo Banco do Nordeste do Brasil. — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 5-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 8-68 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiano Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 5-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 132-58 — Acrescenta alíneas à letra "b" do art. 102 do Decreto-lei 9.698, de 2 de setembro de 1946 — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 59-68 — Dispõe sobre a contribuição dos advogados, como trabalhadores autônomos, segurados obrigatórios do Instituto Nacional de Previdência Social. — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer por diligência junto ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 24-67 — Estabelece normas para requisição dos direitos políticos e regula a concessão de amnistia — Senador Aloysio de Carvalho — Adiado a pedido do Senador Aurélio Vianna para melhor estudo do parecer — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 53-68 — Estabelece prazo para o fornecimento dos documentos a que se refere o artigo 141, item I, da Lei número 3.807, de 26-8-60 (Lei Orgânica da Previdência Social) — Senador Bezerra Neto — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 36-68 — Da, para os fins que menciona aos títulos negociáveis, nas Bolsas de Valores, a mesma validade dos títulos da Dívida Pública — Senador Bezerra Neto — Aprovado parecer pela rejeição — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 36-60 — Regula a fiscalização nas indústrias de Produtos Animais e derivados — Senador Bezerra Neto — Aprovado parecer pelo arquivamento — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 42-68 — Regula o processo de carga e descarga do café, mediante convênio e dá outras providências — Senador Bezerra Neto — Aprovada a proposta do Senador Aloysio de Carvalho de ser ouvido o IBC — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 45-68 — Regula o provimento de cargos vagos em virtude de aposentadoria — Senador Bezerra Neto — Aprovado pedido de vista do Senador Aloysio de Carvalho — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 54-68 — Renova o prazo de validade de concursos, fixado pela Lei 4.929, de 18 de fevereiro de 1966. — Senador Aurélio Vianna — Aprovado parecer pela constitucionalidade com uma emenda — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 52-68 — Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 1.050, de 3-1-50 — Senador Aurélio Vainna — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 55-68 — Manda emitir selos comemorativos do terceiro centenário da Cidade de Manaus — Senador Aurélio Vianna — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 37-68 — Institui o "Dia Nacional dos Direitos Humanos" — Senador Edmundo Levi — Aprovado parecer pela constitucionalidade — 11-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 62-68 — Modifica, pelo acréscimo de um parágrafo, o art. 40 da Lei nº 1.711, de 28-10-52. — Senador Edmundo Levi — Aprovado parecer pela constitucionalidade, com uma emenda — 11 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 43-68 — Regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal —

Senador Edmundo Levi — Aprovado parecer pela constitucionalidade, com emenda substitutiva — 11-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 60-68 — Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias, no Distrito Federal — Senador Alvaro Maia — Aprovado parecer pela constitucionalidade — 11-6-68.

Projeto de Lei Senado nº 56-68: Deduz do montante das subvenções consignadas às concessionárias de transporte aéreo regular, os valores anuais correspondentes ao limite da receita do "Fágego" — Senador Alvaro Maia — Aprovado parecer pedindo diligência junto aos Ministros Transportes e Aeronáutica — 11-6-68.

Projeto de Lei Câmara nº 60-68: Altera o art. 102 do Decreto-lei nº 9.698, de 29-4-66 (Estatuto dos Militares) — Senador Alvaro Maia — Aprovado parecer pela constitucionalidade — 11 de junho de 1968.

Projeto de Lei Câmara nº 77-68: Acrescenta parágrafo ao art. 1º, passando a ser o 2º o parágrafo único, da Lei 4.066, de 28 de maio de 1962, que estabelece normas para a validade de demissão ou recibo de quitacão contratual, firmado por empregado — Senador Josaphat Marinho — Aprovado parecer favorável. — 11 de junho de 1968.

Projeto de Lei Câmara nº 79-68: Dispõe sobre a extirpação e Transplante de órgãos e partes do cadáver para finalidade terapêutica — Senador Antônio Carlos — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 12-6-68.

Projeto de Lei Câmara nº 79-68: Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências — Senador Bezerra Neto — Aprovado parecer pela constitucionalidade — 12-6-68.

Mensagem nº 215-68: Submete à aprovação do Senado Federal a nomeação do Dr. João Mendes da Costa Filho para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar — Senador Carlos Lindenber — Secretaria — 18-6-68.

Projeto de Lei Câmara nº 81-68: Regula o provimento de cargos e dá outras providências — Senador Carlos Lindenber — Aprovado parecer pelo não pronunciamento. — 18-6-68.

Projeto de Lei Senado nº 24-67: Estabelece normas para reaquisição dos direitos políticos e regula a concessão de amnistia — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela rejeição da emenda substitutiva, vencidos os Senadores Aurélio Vianna, Edmundo Levi, Bezerra Neto e Josaphat Marinho, conforme declarações de voto. Sen. Antônio Carlos e Eurico Rezende também fazem declaração de voto. — 18-6-68.

Ofício nº 17-P-MC-67 do Presidente do Supremo Tribunal Federal — Senador Josaphat Marinho — Aprovado Projeto Resolução tornando sem efeito a Resolução 83-67. — 18 de junho de 1968.

Projeto de Lei Senado nº 1-59: Dispõe sobre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares — Senador Bezerra Neto — Aprovado parecer pelo arquivamento — 18 de junho de 1968.

Projeto de Lei Senado nº 23-68: Isenta do Serviço militar obrigatório, em tempo de paz, o homem do campo e o estudante enquanto esteja cursando o 2º ciclo colegial — Senador Bezerra Neto — Aprovado parecer pedindo diligência junto ao EMFA — 18 de junho de 1968.

Projeto de Lei Senado nº 33-68: Dispõe sobre a documentação relativa à capacidade técnica nas concorrências para obras ou serviços de engenharia — Senador Antônio Carlos — Aprovado parecer pela constitucionalidade, sugerindo que sobre o mérito seja ouvida a Com. Transp., Com. e Obras Públicas — 18-6-68.

Requerimento nº 368-68 do Senador Lino de Matos solicitando transcrição nos Anais do Senado das "Recomendações e Conclusões" aprovadas em

plenário do 1º Encontro Nacional de Irrigação e Drenagem — Senador Petrólio Portela — Aprovado parecer favorável — 18-6-68.

Projeto Resolução nº 41-67: Acrescenta dispositivos no Regimento Interno do Senado Federal — Senador Petrólio Portela — Aprovado parecer pela sustação até a reforma geral do Regimento.

Requerimento nº 28-68: do Senador Carlos Lindenber — solicitando transcrição nos Anais do Senado do artigo "Manifesto do País": — Senador Petrólio Portela — Aprovado parecer favorável com declarações de votos dos Sen. Antônio Carlos, Edmundo Levi e Josaphat Marinho. — 18-6-68.

Projeto de Lei Senado nº 33-68: Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a erigir na Esplanada dos Ministérios, uma estátua de Tiradentes — Patrono da Nação Brasileira — Senador Edmundo Levi — Aprovado o pedido de audiência da Prefeitura do Distrito Federal — 25-6-68.

Requerimento nº 591-68 do Sen. Vasconcelos Torres Requerendo seja ouvido o Plenário para que o Senado Federal registre na ata de seus trabalhos, um voto de congratulações com o Professor Euríclides Zezíni, que vem de realizar notável feito no campo da cirurgia brasileira, no Hospital das Clínicas de São Paulo. Senador Aurélio Vianna — Aprovado parecer favorável. (25-6-68).

Projeto de Lei Câmara nº 1357-53 — Cria uma Contadoria Seccional junto à Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, no Estado do Rio Grande do Norte. Senador Bezerra Neto. Aprovado parecer pela rejeição. 25-6-68.

Projeto Decreto Legislativo nº 60-65: Cria a Biblioteca do Congresso Nacional. Senador Josaphat Marinho. Aprovado parecer pedindo audiência da Comissão Diretoria. 25-6-68.

Projeto de Lei Câmara nº 206-56: Dispõe sobre a concessão de adiamento a registros posteriores de despesas, referente à aplicação de créditos orçamentários e suplementares. Senador Josaphat Marinho. Aprovado parecer pela injuridicidade. (25-6-68).

Ofício nº S-7-68 do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando autorização para que o Governo do Estado possa garantir operação de financiamento no valor de NCR\$ 1.610.000,00 concedido pelo Governo da Iugoslávia, através da empresa estatal Rudnap Export-Import, de Belgrado. Senador Carlos Lindenber — Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução da Comissão de Finanças. (27-6-68).

DISTRIBUIÇÃO

Em 5 de junho de 1968

Ao Senador Edmundo Levi:

Projeto de Lei Senado nº 62-68 — Modifica, pelo acréscimo de um parágrafo, o art. 40 da Lei nº 1.711, de 28-10-52.

Ao Senador Alvaro Maia:

Projeto de Lei Senado nº 60-68 — Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias, no Distrito Federal.

Ao Senador Aloysio Vianna:

Projeto de Lei Senado nº 61-68 — Obliga as empresas que menciona a manterem, no mínimo, um empregado, com mais de 45 anos, em cada grupo de 5 empregados.

Projeto de Lei Senado nº 63-68 — Obliga as fábricas de refrigerantes a exibirem nos rótulos dos recipientes, a fórmula dos mesmos.

Em 6 de junho de 1968.

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei Câmara nº 79-68 — Dispõe sobre a extirpação e transplante de órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica.

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto Lei Senado nº 1-59 — Dispõe sobre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto Lei Câmara nº 77-68 — Acrescenta parágrafo ao art. 1º passando a ser o 2º o parágrafo único da Lei 4.066, de 28-5-62, que estabelece normas para a validade de emissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado.

Em 7 de junho de 1968

Ao Senador Alvaro Maia:

Projeto Lei Câmara nº 60-68 — Altera o art. 102 do Decreto-lei nº 9.698, de 2-9-1946 (Estatuto dos Militares).

Ao Senador Edmundo Levi:

Projeto Lei Senado nº 33-68 — Regula o Decreto-lei 284, de 28-2-1961 que instituiu o imposto sobre transportes rodoviários de passageiros e outras providências.

Em 11 de junho de 1968

Ao Senador Alvaro Maia:

Projeto Lei Senado nº 65-68 — Dispõe sobre o fornecimento obrigatório de café matinal gratuito aos empregados, por emprêsas individuais e coletivas, contando mais de dez funcionários.

Ao Senador Aurélio Vianna:

Requerimento nº 591-68 do Sen. Vasconcelos Torres, requerendo seja ouvido o Plenário para que o Senado Federal registre, na ata de seus trabalhos, um voto de congratulação com o Professor Euríclides Zezíni, que vem de realizar notável efeito na área da cirurgia brasileira, no Hospital das Clínicas de São Paulo, ocorrendo, com êxito, um transplante de coração.

Ao Senador Carlos Lindenber:

Projeto de Lei da Câmara nº 52-68 — Dispõe sobre a profissão de leiloeiro público.

Em 14 de junho de 1968

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Ofício nº GP-0-977, de 28-11-67, da Câmara dos Deputados encaminhando os fins previstos no art. 51 do Regimento Comum, o Projeto de Resolução que propõe a criação de Comissão Mista do Plano, subscrito por 83 Deputados e 21 Senadores.

Ao Senador Carlos Lindenber:

Projeto de Lei da Câmara nº 81-68 — Regula o provimento de cargos e dá outras providências.

Em 17 de junho de 1968

Ao Senador Carlos Lindenber:

Mensagem nº 215-68 — Submete à aprovação do Senado Federal a nomeação do Dr. João Mendes da Costa Filho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei Câmara nº 206-56 — Que dispõe sobre a concessão de adiamento e registros posteriores de despesas referentes à aplicação de créditos orçamentários e suplementares.

Ao Senador Petrônio Portela:

Projeto de Lei Câmara nº 140-5 — Que modifica dispositivos das Leis nºs. 86, de 8-9-47 e 1.184, de 30-8-50.

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei Câmara nº 357-5 — Cria uma Contadoria Seccional junto à Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, no Estado do Rio Grande do Norte.

Em 19 de junho de 1968

Ao Senador Alvaro Maia:

Projeto de Lei Câmara nº 10-68 — Dispõe sobre a contagem de tempo

de serviços dos funcionários e dá outras providências.

Em 27 de junho de 1968

Ao Senador Carlos Lindenberg: Ofício nº S-7-68 do Governador do Estado de Santa Catarina solicitando autorização ao Senado para que o Governo do Estado possa garantir operação de financiamento no valor de NCrs 1.610.000,00 concedido pelo Governo da Iugoslávia através da empresa estatal "Rudnap" Export-Import, de Belgrado.

RESUMO.

Reuniões:

Ordinárias	4
Extraordinárias	3
Projetos distribuídos	20
Projetos relatados	31
Ofícios recebidos	2
Ofícios expedidos	13
Diligências	11
Pedidos de vista	2
Publicações para estudo	—
Emendas apresentadas	2
Subemendas apresentadas	2
Substitutivos apresentados	2
Projetos de decreto legislativo	—
Projetos de resolução	1
Declarações de voto	10

Brasília, 27 de junho de 1968. — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5 — Secretária da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador João Abrahão. Secretário: Afrânia Cavalcanti Melo Junior.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Ofício nº 383, de 30-4-68, do Tribunal de Contas do Distrito Federal encaminhando as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício financeiro de 1967, acompanhadas do parecer aprovado pelo mesmo Tribunal — Senador Petrólio Portela — Parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado. — Em 26-6-68.

Relatório sobre as denúncias formuladas pelo Deputado Antônio Magalhães com respeito à administração do Dr. Wadô da Costa Gomide — Senador Wilson Gonçalves — Parecer de opinião que o presente caso não autoriza que a Comissão do Distrito Federal adote ou sugira qualquer providência, no limite de suas atribuições. Aprovado. — Em 26-6-68.

SÍNTSE

Reuniões realizadas	1 (uma)
Projetos Relatados	1 (um)
Projetos de Resolução apresentados	1 (um)
Relatórios apresentados	1 (um)

Diretoria das Comissões, em 26 de Junho de 1968. — Afrânia Cavalcanti Melo Junior, Secretário.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Menezes Pimentel
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —

Conclusão

Brasília, 28 de junho de 1968 — Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1968 — Aprova a Convênio Cultu-

ral entre o Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia, firmado na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1962. — Senador Alvaro Maia — Favorável; aprovado em 6-6-68.

Projeto de Decreto Legislativo número 33, de 1968 — Aprova o Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Tchecoslováquia, assinado no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1962. — Senador Aloysio de Carvalho — Favorável, aprovado em 6-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1968 — Acrescenta § ao art. 4º do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, que institui a Campanha da Merenda Escolar, modificado pelo Decreto nº 40.052, de 1º de outubro de 1956 — Senador Adalberto Sena — Favorável a emenda substitutiva da Comissão de Justiça, aprovado em 6 de junho de 1968.

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1968 — Regula a distribuição do material escolar e dá outras providências — Senador Alvaro Maia — Favorável, aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1968 — Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola — Senador Alvaro Maia — Favorável, aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1968 — Assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em escolas normais — Senador Mem de Sá — Favorável, aprovado em 27-6-68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 3 de junho de 1968

Ao Senador Alvaro Maia

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1968 — Aprova a Convênio Cultural entre o Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia, firmada na cidade do Rio de Janeiro, a 1 de maio de 1962.

Ao Senador Aloysio de Carvalho

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1968 — Aprova o Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Tchecoslováquia, assinado no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1962.

Em 5 de junho de 1968

Ao Senador Mem de Sá

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1968 — Assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em escolas normais.

Em 6 de junho de 1968

Ao Senador Alvaro Maia

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1968 — Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

Em 12 de junho de 1968

Ao Senador Aloysio de Carvalho

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1968 — Institui o "Dia Nacional dos Direitos Humanos".

RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões ordinárias

2

Reuniões extraordinárias

1

Projetos distribuídos

5

Projetos relatados

6

Projetos em diligência

2

Ofícios expedidos

1

Ofícios recebidos

1

real entre o Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia, firmado na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1962. — Senador Alvaro Maia — Favorável; aprovado em 6-6-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1968 — Aprova o Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Tchecoslováquia, assinado no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1962. — Senador Aloysio de Carvalho — Favorável, aprovado em 6-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1968 — Acrescenta § ao art. 4º do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, que institui a Campanha da Merenda Escolar, modificado pelo Decreto nº 40.052, de 1º de outubro de 1956 — Senador Adalberto Sena — Favorável a emenda substitutiva da Comissão de Justiça, aprovado em 6 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1968 — Altera o artigo 30 da Lei nº 4.494 de 25 de novembro de 1964, que regula a locação de prédios urbanos, excluindo dos encargos e tributos, que podem ser livremente convencionados nas locações novas, as despesas de condomínio, o imposto predial e a subscrição obrigatória de letras imobiliárias — Senador Atílio Fontana — Contrário, a aprovação em 6-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1960 — Dispõe sobre a execução do Plano de Contingência de Despesas — Senador Leandro Maciel — Pelo arquivamento, aprovado em 6-6-68.

Mensagem nº 221, de 1968 — Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor José Caralampio de Mendonça Braga, para exercer a função de Membro do Conselho Administrativo de Defesa Económica (CADE) — Senador Leandro Maciel — Sessão Secreta. Em 25 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 74-68 — que acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil — Senador José Leite — Parecer favorável, aprovado em 5 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 132-67 — que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco da Amazônia S.A., a devedores do Pará e Amazonas — Senador Paulo Torres — Parecer favorável à submissão da Comissão de Constituição e Justiça e contrário a emenda número 1 da Comissão de Valorização da Amazônia — Aprovado em 5-6-68.

Projeto de Lei da Câmara número 75-68 — Que concede franquia postal às precatórias criminais — Senador Manoel Villaga — Parecer favorável, aprovado em 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1959 — Que dispõe sobre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares — Senador Fernando Corrêa — Audiência da CCJ, aprovado em 5-6-68.

Ofício nº S-768 — Relativo a pedido de autorização para garantir operação de financiamento para a aquisição de tratores de esteira, sem similar nacional, concedido pelo Governo da Iugoslávia, através de empresa estatal "Rudnap" Export-Import, de Belgrado, e que, simultaneamente, seja o processo encaminhado à Comissão dos Estados e Alienação de Terras Públicas, com o que concorda a Comissão — Senador Antônio Carlos — O Sr. Senador Antônio Carlos solicita o pronunciamento do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina — Aprovado em 5-6-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1968 — Retifica o texto da Convênio nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável, aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1956 — Que dispõe sobre a concessão de aadiamento e registros posteriores de despesas referentes à aplicação, de créditos orçamentários e suplementares e dá outras provisões — Senador Fernando Corrêa — Audiência da C.C.J. — Aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 1953 — Que modifica dispositivos das Leis ns. 86, de 8-9-47 e 1.184, de 30-8-60, e dá outras providências — Senador Leandro Maciel — Audiência da C.C.J. — Aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 8-8, de 1968 — Solicitando autorização para que a Companhia de Desenvolvimento do Paraná — CO-

COMISSÃO DE ECONOMIA

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Carvalho Pinto
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

SPPARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 289, de 1968 — Altera o artigo 30 da Lei nº 4.494 de 25 de novembro de 1964, que regula a locação de prédios urbanos, excluindo dos encargos e tributos, que podem ser livremente convencionados nas locações novas, as despesas de condomínio, o imposto predial e a subscrição obrigatória de letras imobiliárias — Senador Atílio Fontana — Contrário, a aprovação em 6-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1960 — Dispõe sobre a execução do Plano de Contingência de Despesas — Senador Leandro Maciel — Pelo arquivamento, aprovado em 6-6-68.

Mensagem nº 221, de 1968 — Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor José Caralampio de Mendonça Braga, para exercer a função de Membro do Conselho Administrativo de Defesa Económica (CADE) — Senador Leandro Maciel — Sessão Secreta. Em 25 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 74-68 — que acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil — Senador José Leite — Parecer favorável, aprovado em 5 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 132-67 — que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco da Amazônia S.A., a devedores do Pará e Amazonas — Senador Paulo Torres — Parecer favorável à submissão da Comissão de Constituição e Justiça e contrário a emenda número 1 da Comissão de Valorização da Amazônia — Aprovado em 5-6-68.

Projeto de Lei da Câmara número 75-68 — Que concede franquia postal às precatórias criminais — Senador Manoel Villaga — Parecer favorável, aprovado em 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1959 — Que dispõe sobre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares — Senador Fernando Corrêa — Audiência da CCJ, aprovado em 5-6-68.

Ofício nº S-768 — Relativo a pedido de autorização para garantir operação de financiamento para a aquisição de tratores de esteira, sem similar nacional, concedido pelo Governo da Iugoslávia, através de empresa estatal "Rudnap" Export-Import, de Belgrado, e que, simultaneamente, seja o processo encaminhado à Comissão dos Estados e Alienação de Terras Públicas, com o que concorda a Comissão — Senador Antônio Carlos — O Sr. Senador Antônio Carlos solicita o pronunciamento do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina — Aprovado em 5-6-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1968 — Retifica o texto da Convênio nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável, aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1956 — Que dispõe sobre a concessão de aadiamento e registros posteriores de despesas referentes à aplicação, de créditos orçamentários e suplementares e dá outras provisões — Senador Fernando Corrêa — Audiência da C.C.J. — Aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 1953 — Que modifica dispositivos das Leis ns. 86, de 8-9-47 e 1.184, de 30-8-60, e dá outras providências — Senador Leandro Maciel — Audiência da C.C.J. — Aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 8-8, de 1968 — Solicitando autorização para que a Companhia de Desenvolvimento do Paraná — CO-

Resumo

Reuniões: Ordinária Extraordinária

— 1 Projetos relatados — 1

Projetos distribuídos — 1

Brasília, 27 de junho de 1968. — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo PL-5 — Secretária da Comissão.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo.

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

SPPARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara número 289, de 1968 — Altera o artigo 30 da Lei nº 4.494 de 25 de novembro de 1964, que regula a locação de prédios urbanos, excluindo dos encargos e tributos, que podem ser livremente convencionados nas locações novas, as despesas de condomínio, o imposto predial e a subscrição obrigatória de letras imobiliárias — Senador Atílio Fontana — Contrário, a aprovação em 6-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1960 — Dispõe sobre a execução do Plano de Contingência de Despesas — Senador Leandro Maciel — Pelo arquivamento, aprovado em 6-6-68.

Mensagem nº 221, de 1968 — Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor José Caralampio de Mendonça Braga, para exercer a função de Membro do Conselho Administrativo de Defesa Económica (CADE) — Senador Leandro Maciel — Sessão Secreta. Em 25 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 74-68 — que acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil — Senador José Leite — Parecer favorável, aprovado em 5 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 132-67 — que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco da Amazônia S.A., a devedores do Pará e Amazonas — Senador Manoel Villaga — Parecer favorável, aprovado em 5-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1959 — Que dispõe sobre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares — Senador Fernando Corrêa — Audiência da CCJ, aprovado em 5-6-68.

Ofício nº S-768 — Relativo a pedido de autorização para garantir operação de financiamento para a aquisição de tratores de esteira, sem similar nacional, concedido pelo Governo da Iugoslávia, através de empresa estatal "Rudnap" Export-Import, de Belgrado, e que, simultaneamente, seja o processo encaminhado à Comissão dos Estados e Alienação de Terras Públicas, com o que concorda a Comissão — Senador Antônio Carlos — O Sr. Senador Antônio Carlos solicita o pronunciamento do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina — Aprovado em 5-6-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1968 — Retifica o texto da Convênio nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável, aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1956 — Que dispõe sobre a concessão de aadiamento e registros posteriores de despesas referentes à aplicação, de créditos orçamentários e suplementares e dá outras provisões — Senador Fernando Corrêa — Audiência da C.C.J. — Aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 1953 — Que modifica dispositivos das Leis ns. 86, de 8-9-47 e 1.184, de 30-8-60, e dá outras providências — Senador Leandro Maciel — Audiência da C.C.J. — Aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 8-8, de 1968 — Solicitando autorização para que a Companhia de Desenvolvimento do Paraná — CO-

DEPAR possa obter empréstimo externo junto ao BANQUE POUR LE DEVELOPPEMENT COMERCIAL, — Genève (Suíça), no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), destinado a atender o custeio com a implantação básica de rodovias estaduais — Senador Mello Braga — Parecer favorável, apresentando Projeto de Resolução — Aprovado em 12 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 357, de 1963 — Cria uma Contadoria Seccional junto à Estrada de Ferro Mossoró Sousa, no Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências — Senador José Leite — Audiência da C.C.J., aprovado em 12-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1968 — Estabelece limitações ao reajuste dos aluguéis residenciais e dá outras providências — Senador José Ermírio — Audiência da Comissão de Economia, aprovado e m12 de junho de 1968.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1960 — Dispõe sobre a execução do Plano de Contenção de Despesas — Senador Mem de Sá — Parecer pelo arquivamento, aprovado em 19-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1968 — Concede estímulos fiscais à indústria de fabricação de empiladeira — Senador Jose Ermírio — Parecer favorável, aprovado em 19 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a promover, por ato de bravura, o Cabo da Aeronáutica Nelson Odir da Silva Barros — Senador Manoel Villaça — Parecer favorável aprovado em 19-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1968 — Altera a redação do § 2º do artigo 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), que dispõe sobre os períodos de carência para os segurados que reingressarem na Previdência Social após terem perdido essa qualidade — Senador José Leite — Parecer favorável aprovado em 19-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1968 — Acrescenta § ao art. 4º do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, que institui a Campanha de Merenda Escolar, modificado pelo Decreto nº 40.652, de 1 de outubro de 1956 — Senador Manoel Villaça — Parecer favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Justiça, aprovado em 19 de junho de 1968.

Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1960 — Regula a fiscalização nas indústrias de Produtos Animais e Derivados — Senador José Leite — Parecer pela rejeição. Aprovado em 19-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1968 — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários públicos e dá outras providências — Senador Manoel Villaça — Parecer favorável, apresentando substitutivo, aprovado em 19-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 289, de 1966 — Altera o art. 30 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, que regula a locação de prédios urbanos, excluindo os encargos e tributos, que podem ser livremente convencionados nas locações novas, as despesas da condomínio, o imposto predial e a subscrição obrigatória de letras imobiliárias — Senador Manoel Villaça — Parecer pela rejeição — Aprovado em 19-6-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a constituir a sociedade de economia mista Banco Roraima S.A. — Senador Fernando Corrêa — Parecer favorável, aprovado em 19 de junho de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1968 — Dá nova redação ao artigo 3º e seu § 2º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares — Senador João Cleofas — Parecer favorável, aprovado em 27-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1959 — Dispõe sobre os proveitos de aposentadoria dos servidores civis e militares — Senador Fernando Corrêa — Parecer pelo arquivamento, aprovado em 27-6-68.

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1963 — Altera dispositivos da Lei Delegada nº 10, na parte referente à Policlínica dos Pescadores e da Lei nº 1.077, de 23 de outubro de 1952, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos, dos armadores de pesca e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca — Senador Fernando Corrêa — Parecer pela rejeição aprovado em 27 de junho de 1968.

Ofício nº S-7, de 1968 — Do Senhor Governador de Santa Catarina, solicitando autorização ao Senado Federal, para que o Governo do Estado possa garantir operação de financiamento no valor de NCRs 1.610.000,00 (um milhão, seiscentos e dez mil cruzeiros novos) concedido pelo Governo da Iugoslávia, através a dempresa estatal "Rudnap" Export-Import, de Belgrado — Senador Antônio Carlos — Parecer favorável, aprovado em 27 de junho de 1968.

SÍNTESE

Reuniões realizadas — 5
Pareceres proferidos — 24
Projetos relatados — 20 e
Projetos apresentados — 2
Ofícios expedidos — 11
Ofícios recebidos — 3
Pedido de vista — 2

Comissão de Finanças, em 27 de junho de 1968. — Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Atílio Fontana.
Secretário: Maria Helena Bueno Brandão.

PARECERES PROFERIDOS

Conclusão

Número e Ementa — Relator — Projeto de Lei do Senado número 61-67 — Declara integrantes do monopólio da União e pesquisa, a lavra e a industrialização dos xistos oleígenos — Senador Domicio Gondim — Parecer pela rejeição. Aprovado, vencido Senador Teotônio Vilela — (4-6-68).

Resumo

Reuniões: Ordinárias — 1
Extraordinárias — 1
Projetos Relatados — 1
Projetos distribuídos — 1

Brasília, 27 de junho de 1968. — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretaria da Comissão de Indústria e Comércio.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Petrônio Portela.
Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei nº 52, de 1968 — "Dispõe sobre a profissão de leiloeiro público" — Senador Josaphat Marinho — Relatado em 4 de junho. Parecer favorável com duas emendas. Aprovado.

P.D.L. nº 30, de 1968 — "Ratifica o texto da Convênio nº 118 sobre igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra a 29 de julho de 1952, pela Conferência Internacional do Trabalho" — Senador Atílio Fontana — Relatado em 4 de junho. Parecer favorável. Aprovado.

P.L.S. nº 18, de 1968 — "Aplica aos empregados de estações do interior, cujo serviço for denatureza intermitente ou de pouca intensidade, os preceitos gerais sobre duração de trabalho, alterando a redação do art. 243, da Consolidação das Leis do Trabalho". — Senador José Leite — Relatado em 6 de junho. Parecer favorável. Aprovado.

P.L.C. nº 291, de 1966 — "Dispõe sobre a assistência à família, e dá outras providências" — Senador Josaphat Marinho (relator do vencido) — Relatado em 6 de junho. Parecer favorável com uma emenda.

P.L.S. nº 28, de 1968 — "Estabelece limitações ao reajuste dos aluguéis ao residenciais e dá outras providências". — Senador Josaphat Marinho — Relatado em 6 de junho. Parecer pela aprovação com uma emenda. Aprovado.

P.L.C. nº 185, de 1965 — "Cria o Fundo de Assistência e Previdência do Seringueiro, e dá outras providências". — Senador Atílio Fontana — Relatado em 12 de junho. Parecer pela rejeição. Aprovado.

P.L.S. nº 133, de 1963 — "Dispõe sobre o sistema de previdência social para os seringueiros da Amazônia e dá outras providências". — Senador Atílio Fontana — Relatado em 12 de junho. Parecer pela rejeição. Aprovado.

P.L.S. nº 58, de 1968 — "Estabelece prazo para o fornecimento dos documentos a que se refere o artigo 141, item I, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social)". — Senador Milton Trindade — Relatado em 12 de junho. Parecer pela aprovação. Aprovado.

P.L.S. nº 43, de 1968 — "Altera a redação do § 2º do artigo 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social)", que dispõe sobre os períodos de carência para os segurados que reingressem na Previdência Social após terem perdido essa qualidade". — Senador Atílio Fontana — Relatado em 12 de junho. Parecer pela aprovação. Aprovado.

P.L.S. nº 31, de 1967 — "Dispõe sobre o salário-mínimo dos menores e dá outras providências". — Senador Josaphat Marinho. — Relatado em 12 de junho. Parecer favorável. Aprovado.

P.L.C. nº 69, de 1968 — "Permite ao doador voluntário de sangue a ausência do trabalho, sem prejuízo de salário ou de tempo de serviço". — Senador Milton Trindade — Relatado em 12 de junho. Parecer pela rejeição. Aprovado.

P.L.C. nº 77, de 1968 — "Acrescenta parágrafo ao art. 1º, passando a ser 2º o parágrafo único da Lei nº 4.066, de 28 de maio de 1962, que estabelece normas para a validade de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado". — Senador Atílio Fontana — Relatado em 18 de junho. Parecer favorável. Aprovado.

Projetos Distribuídos

P.L.S. nº 21, de 1967 — "Revoga o Decreto-lei nº 127, de 2 de fevereiro de 1967". — Senador José Leite — Distribuído em 12.6.68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas — 4 (quatro).
Projetos relatados — 12 (doze).
Projetos distribuídos — 1 (um).

Diretoria das Comissões, em 30 de junho de 1968. — Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário da CLS.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Josaphat Marinho
Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

P.L.C. Nº 66, de 1967 — "Disciplina a extração de carvão e estabelece normas para a produção de corretivo cárlico para uso agrícola". — Senador José Leite. Parecer no sentido de que seja ouvido o Ministério de Minas e Energia. Aprovado. Relatado em 6.6.68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões Ordinárias 1 (uma)
Proposições Relatadas: 1 (uma)

Diretoria das Comissões, em 30 de junho de 1968. — Marcus Vinicius Goulart, Secretario da CME.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Wilson Gonçalves
Secretário: Afrâncio Cavalcanti Melo Júnior

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara Nº 36-68 — Dispõe sobre a representação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no Conselho de Política Aduaneira. — Senador Mário Martins. Parecer favorável. Aprovado. Em 19.6.68.

Projeto de Lei da Câmara Nº 76-68 — Revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967 e modifica dispositivo do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências. — Senador Paulo Torres. Pedido de vista do Senador Mário Martins. Aprovado. Em 19.6.68.

Projeto de Lei da Câmara Nº 84-68 — Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. — Senador Aurélio Viana. Padrão 19.6.68.

Projeto de Lei da Câmara Nº 73-68 — Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo. — Senador Aurélio Viana. Parecer favorável. Aprovado. — Em 19.6.68.

SÍNTESE

Reuniões realizadas 1 (uma)
Projetos relatados 3 (três)
Pedidos de vista 1 (um)
Pareceres proferidos 4 (quatro)

Diretoria das Comissões, em 27 de junho de 1968. — Afrâncio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário.

COMISSÃO DE SAÚDE

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.
Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.

PARECERES PROFERIDOS

Nº e Ementa — Relator — Conclusão

P.L.C. nº 69, de 1968 — "Permite ao doador voluntário de sangue a ausência do trabalho, sem prejuízo de salário ou de tempo de serviço". —

nador Adalberto Senna. Relatado em 4-6-68 — Parecer favorável. Aprovado.

P.L.S. nº 35, de 1963 — "Altera dispositivos da Lei Delegada nº 10, na parte referente à Policlínica dos Pescadores, e da Lei nº 1.707, de 23 de outubro de 1952, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Apontadora e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca." Senador Fernando Corrêa. Relatado em 11-6-68. Parecer pela rejeição. Aprovado.

P.D.L. nº 31, de 1963 — "Aprova a Convenção nº 120, sobre higiene no Comércio e nos Escritórios, adotada pela Conferência Internaciona do Trabalho em sua 48ª Sessão de 1964." Senador Adalberto Senna. Relatado em 18-6-68. Parecer pela aprovação. Aprovado.

SÍNTSE DOS TRABALHOS

Reuniões Ordinárias: 3 (três).
Projetos Relatados: 3 (três).

Diretoria das Comissões, em 30 de junho de 1968. — Marcus Vincius Goulart Gonzaga — Secretário da C.S.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador José Leite.
Secretário: Mário Nelson Duarte.

PARECERES PROFERIDOS

Nº e Ementa — Relator — Conclusão
PLS 55-68, que manda emitir selos comemorativos do terceiro centenário da Cidade de Manaus. Sen. Paulo Torres. Parecer Favorável. Aprovado em 20-6-68.

PLC 80-68 (nº 823-E-33, na Câmara), que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador de bagagem nos aeroportos do País. Sen. Paulo Torres. Parecer favorável. Aprovado em 20-6-68.

PLS 38-68, que dispõe sobre a documentação relativa à capacidade

técnica nas concorrências para obras ou serviços de engenharia. Sen. José Leite. Parecer preliminar propondo diligências. Aprovado em 27-6-68.

PDL 34-68 (nº 71-B-68, na Câmara), que aprova o Acordo para a Construção de Uma Ponte Internacional sobre o Rio Apa, assinado com a República do Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1967. Sen. Arnon de Mello. Parecer favorável. Aprovado em 27-6-68.

PDL 34-68 (nº 71-B-68 na Câmara), que aprova o Acordo para a Construção de Uma Ponte Internacional sobre o Rio Apa, assinado com a República do Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1967. Sen. Arnon de Mello. Parecer favorável. Aprovado em 27-6-68.

SÍNTSE DOS TRABALHOS

Reuniões ordinárias	2
Reuniões extraordinárias	2
Projetos distribuídos	4
Projetos relatados	4
Pareceres aprovados	4

Brasília, em 28 de junho de 1968. — Mário Nelson, Diretor-Secretário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Relatório correspondente ao mês de junho de 1968

Presidente: Senador José Feliciano.
Secretário: Beatriz Brandão Guerra

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão
PLS 71-67, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (Redação Final) — Alvaro Maia — Aprovado em 3.6.68.

PDL 23-68 (nº 40-B-67, na Câmara), que aprova o texto do Acordo sobre a prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965 (Redação final) — Edmundo Levi — Aprovado em 7.6.68.

PLS 34-68, que dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais, e da outras providências (redação do vencido, para 2º turno) — Edmundo Levi — Aprovado em 7.6.68.

PDL 29-68 (nº 263-C-36, na Câmara), que homologa emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965 (redação final) — Lobão da Silveira — Aprovado em 11.6.68.

PLS 48-67, que torna obrigatória a manutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (redação do vencido, para 2º turno) — Lobão da Silveira — Aprovado em 11.6.68.

PLC 74-68 (nº 1.222-B-68, na Câmara), que acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 37, de 16 de novembro de 1966, estendendo benefícios educacionais a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil. (Redação do substitutivo para turno suplementar) — Carlos Lindenberg — Aprovado em 18.6.68.

PLC 65-68 (nº 1.139-B-68, na Câmara), que considera da utilidade pública a Fundação Ford (The Ford Foundation), com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte (redação final das emendas) — Manoel Villaça — Aprovado em 18 de junho de 1968.

PLC 59-68 (nº 1.138-B-68, na Câmara), que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências (redação do substitutivo, para turno suplementar) — Alvaro Maia — Aprovado em 18.6.68.

PR 46-68, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a oferecer aval a empréstimo a ser contraído pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — CODEPAR com o Banque pour le Developpement Commercial, Geneve, Suíça, no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares). (Redação final) — Lobão da Silveira — Aprovado em 19 de junho de 1968.

PLC 59-68 (nº 1.138-B-68, na Câmara), que dispõe sobre as Duplica-

tas, e dá outras providências (redação final do substitutivo). — ADIvaro Maia — Aprovado em 19.6.68.

PLC 72-68 (nº 1.163-A de 1968), na Câmara, que dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências (redação final das emendas). — Nogueira da Gama — Aprovado em 26 de junho de 1968.

PLC 75-68 (nº 1.245-B de 1968, na Câmara), que concede franquia postal as precatórias criminais (redação final das emendas). — Nogueira da Gama — Aprovado em 26.6.68.

PLC 43-68 (nº 3.651-C de 1966, na Câmara), que regula a apresentação e uso dos documentos de identificação pessoal (redação do substitutivo para turno suplementar). — Alvaro Maia — Aprovado em 27.6.68.

PDL 27-68 (nº 46-B de 1967, na Câmara), que aprova o Protocolo, assinado em Montevidéu, a 2 de setembro de 1966, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevidéu (redação do substitutivo para turno suplementar). — Alvaro Maia — Aprovado em 27.6.68.

PLD 25-68 (nº 44-B de 1967, na Câmara), que aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevidéu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institui a Comissão de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu (redação final). — Alvaro Maia — Aprovado em 27.6.68.

PR 48-68 que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a garantir operação de financiamento concedido pelo Governo da Jugoslávia, destinado a aquisição de tratores de esteiras — Antônio Carlos — Aprovado em

SÍNTSE DOS TRABALHOS REALIZADOS

Reuniões Ordinárias — 1
Reuniões Extraordinárias — 10
Projetos Distribuídos — 16
Projetos Relatados — 16

Brasília, em 28 de junho de 1968.
— Beatriz Brandão Guerra, Secretária.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 2º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palma (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Vítorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)
 Vice-Líderes
 Wilson Gonçalves (CE),
 Petrônio Portela (PI),
 Manoel Vilaça (RN),
 Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurelio Vianna (GB)
 Vice-Líderes
 Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES SUPLENTES
 Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 José Feliciano
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

José Ermírio
 Mário Martins
 Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES SUPLENTES
 José Ermírio
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade
 Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sígfredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES SUPLENTES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Mário Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana
 José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO & JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Mário Covas
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wuson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Linhaug
 Paulo Sarasate
 Clodomir Mallet

SUPLENTES

Alvaro Maia
 Lúcio da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edimundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brancão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Joao Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Mallet
 Manoel Vilaça
 Wilson Gonçalves

SUPLENTES

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abranão
 Bezerra Neto
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena
 Secretário: Afrânio Cavalcante Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores,

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edimundo Levi

ARENA

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTES

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sígfredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edimundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queirós

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sígfredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

José Carneiro
 Edimundo Levi

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POCAMENTO
(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Antônio Carlos Moura Andrade	José Guiomard Eurico Rezende
Paulo Sarasate	Filinto Müller Fernando Corrêa
Milton Trindade	Lobão da Silveira Menezes Pimentel
Alvaro Maia	Petrônio Portela Manoel Villaça
José Feliciano	
João Cleofas	
Júlio Torres	
Arthur Virgílio	M MDB Adalberto Senna
Ruy Carneiro	Antônio Balbino
João Abrahão	José Ermírio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.
COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Paulo Sarasate	Lobão da Silveira
João Cleofas	José Guiomard
Mem de Sá	Teotônio Vilela
José Leite	Carlos Lindemberg
Leandro Maciel	Daniel Krieger
Manoel Villaça	Filinto Müller
Clodomir Milet	Celso Ramos
Adolpho Franco	Milton Trindade
Sigefredo Pacheco	Antônio Carlos
Carvalho Pinto	Benedicto Valladares
Fernando Corrêa	Mello Braga
Júlio Leite	Paulo Torres
Argemiro de Figueiredo	MDB Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	João Abrahão
Arthur Virgílio	Aurélio Vianna
José Ermírio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.
COMISSÃO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Atílio Fontana	Júlio Leite
Adolpho Franco	José Cândido
Domicio Gondim	Arnon de Melo
João Cleóphas	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Melo Braga
Antônio Balbino	Ruy Carneiro
Nogueira da Gama	Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULAR	SUPLENTE
Petrônio Portela	Celso Ramos
Domicio Gondim	Milton Trindade
Atílio Fontana	José Leite
Mello Braga	Adolpho Franco
Júlio Leite	Duarte Filho
Arthur Virgílio	João Abrâao
Josaphat Marinho	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULAR	SUPLENTE
Domicio Gondim	José Feliciano
José Leite	Mello Braga
Celso Ramos	José Guiomard
Paulo Torres	Benedicto Valladares
Carlos Lindemberg	Teotonio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio
Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.
COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SÉCAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULAR	SUPLENTE
Clodomir Millet	Teotonio Vilela
Manoel Villaça	José Leite
Arnon de Melo	Domicio Gondim
Duarte Filho	Paulo Sarazate
Menezes Pimentel	Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.
COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindemberg

ARENA

TITULAR	SUPLENTE
Wilson Gonçalves	José Feliciano
Paulo Torres	João Cleófas
Antonio Carlos	Adolpho Franco
Carlos Lindemberg	Petrônio Portela
Mem de Sá	José Leite
Eurico Rezende	Ney Braga
Paulo Sarasate	Milton Campos
Carvalho Pinto	Daniel Krieger

MDB

Jose Ermírio
Aurélio Vianna
Mári Martins
Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.
COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULAR	SUPLENTE
José Feliciano	Filinto Müller
Leandro Maciel	Mém de Sá
Antonio Carlos	Duarte Filho
Lobão da Silveira	Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama
Secretária: Beatriz Brandão-Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
 Filinto Müller
 Aloysio de Carvalho
 Antônio Carlos
 Mem de Sa
 Ney Braga
 Milton Campos
 Moura Andrade
 Fernando Corrêa
 Arnon de Melo
 José Cândido
 Pessoa de Queiroz
 Mário Martins
 Aurélio Viana
 Oscar Passos

MDB

Secretário: J. B. Gastejon Branco.
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissões de Relações Exteriores.

SUPLENTES

Wilson Gonçalves
 José Guiomard
 Carlos Lindenberg
 Adolpho Franco
 Petrônio Portela
 Jose Leite
 Teotônio Villela
 Mello Braga
 José Feliciano
 Clodomir Millet
 Menezes Pimentel
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Josaphat Marinho
 Antônio Balbino

Suplentes**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
 Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
 Carlos Lindenberg
 Arnon de Melo
 Paulo Tôrres
 José Guiomard

José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Celso Ramos
 Petrônio Portela
 Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
 João Abrahão

Adalberto Senna
 Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
 Duarte Filho
 Fernando Corrêa
 Manoel Villaça
 Clodomir Millet
 Adalberto Senna
 Sebastião Archer

MDB

Júlio Leite
 Milton Trindade
 Ney Braga
 José Cândido
 Lobão da Silveira
 Nogueira da Gama
 Ruy Carneiro

TITULARES

José Leite
 Celso Ramos
 Arnon de Melo
 Domicio Gondim
 João Cleofas

Paulo Tôrres
 Attilio Fontana
 Eurico Rezende
 José Guiomard
 Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
 Pessoa de Queiroz

Mário Martins
 Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
 Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Tôrres
 José Guiomard
 Lobão da Silveira
 Ney Braga
 José Cândido
 Oscar Passos
 Mário Martins

MDB

Filinto Müller
 Attilio Fontana
 Clodomir Millet
 Manoel Villaça
 Mello Braga
 Argemiro de Figueiredo
 Sebastião Archer

TITULARES

José Guiomard
 Fernando Corrêa
 Clodomir Millet
 Alvaro Maia
 Milton Trindade

Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Filinto Müller
 Sigefredo Pacheco
 Manoel Villaça

MDB

Edmundo Levi
 Oscar Passos

Adalberto Senna
 Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCr\$ 0,10